

ALAVOURA

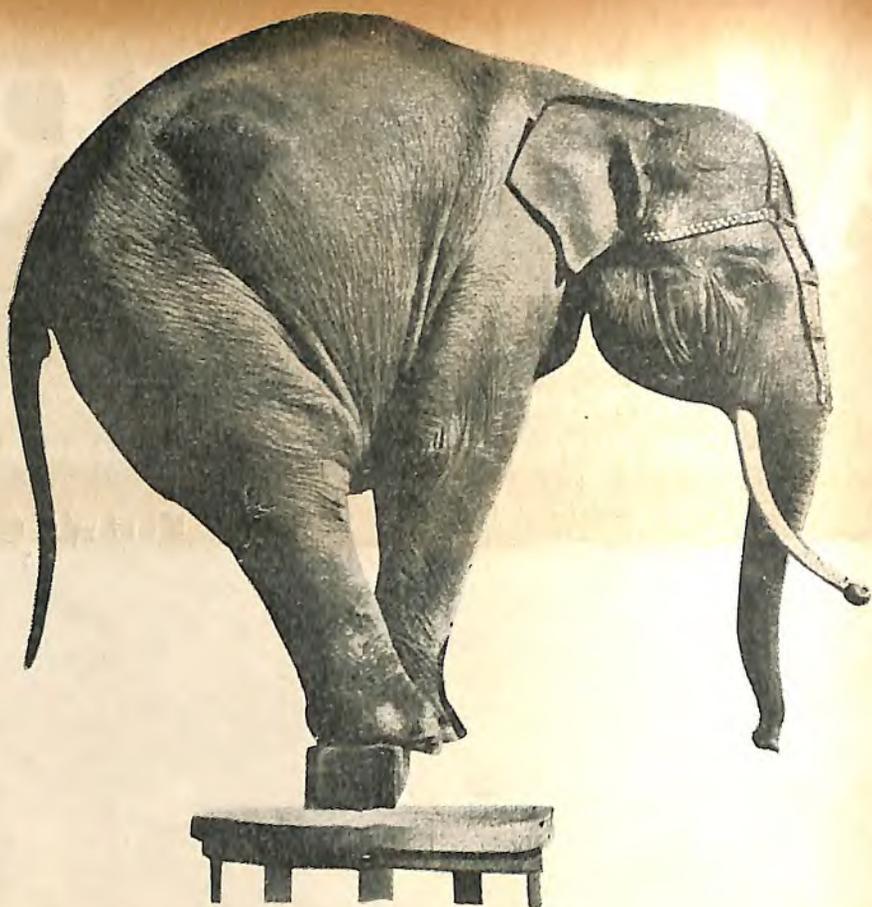
FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS
CLASSE RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA

R

MARCO - Junho - 196





O elefante nunca esquece...

Não esqueça também que a garantia de sua obra depende em grande parte da qualidade dos materiais empregados. Usando o cimento Portland "MAUÁ" terá assegurado o máximo de segurança e durabilidade.



COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND
RIO DE JANEIRO

A LAVOURA

ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA

FUNDADA EM 1897

ANO LXVI

MARCO Junho de 1963

Presidente da Sociedade

Eng. Agrônomo — LUIZ SIMÕES LOPES

Diretor Responsável e Redator-Secretário

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico

Eng. Agrônomo KURT REPSOLD

Redator Técnico

Eng. Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Chefe de Publicidade

CARLOS ALBERTO SOARES

Redação e Administração:

GENERAL JUSTO, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA XAVIER DE TOLEDO, 70

8.º and. S/810 — Tel.: 33-1432

End. Tel.: "LINEFE" C. P. 7257

— SÃO PAULO —

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

SUMÁRIO

	Págs.
Reforma Agrária	3
Reminiscências — Centenário do Presidente Lira Castro — Luiz Marques Poliano	4
Algumas impressões a respeito das atividades da EHWB	6
Sociedade Mineira de Agricultura	8
Previsões Trimestrais — Adalberto Serra	10
Pontos de vista de um correspondente britânico — H. George Franks	12
A Tilapia	14
Garanta a alimentação dos animais. Construindo Silos Trincheira	22
Homenageado o Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura	23
Santana do Deserto	25
Um Encontro de Cooperativismo — Helly Sylvia R. de Souza	26
Associativismo Rural	27
III Congresso Brasileiro de Agronomia — Geraldo Goulart da Silveira	28
Escola de Horticultura Wencesláo Bello	33
Eu Sou a Fome	34
Associativismo Rural	35
Encontro Técnico de Cooperativismo — Fábio Luz Filho	36
Programação das Atividades do Centro Audio-visual da Soc. Nac. de Agricultura durante o segundo semestre de 1963	38
Cultura do Dendezeiro — Joaquim Bertino de Moraes Carvalho	39



ESCOLA DE HORTICULTURA
"WENCESLÁO BELLO"

Portão de entrada à Avenida Brasil n.º 10.215. Ao alto, à esquerda, o Pavilhão Simões Lopes.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — Dr. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemérito — Dr. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente — LUIZ SIMÕES LOPES
1.º Vice-Presidente — EDGARD TEIXEIRA LEITE
2.º Vice-Presidente — KURT REPSOLD
3.º Vice-Presidente — HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO
1.º Secretário — FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário — ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário — GERALDO GOULART DA SILVEIRA
4.º Secretário — SUBAEL MAGALHÃES DA SILVA
1.º Tesoureiro — RAFAEL XAVIER
2.º Tesoureiro — OTTO FRENSEL
Secretário-Geral — LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENNIO LUIZ LEITÃO

FLÁVIO DA COSTA BRITO
LUIZ HERMANY FILHO
OSMAR LOPES REZENDE
JOAQUIM BERTINHO DE MORAES CARVALHO
JULIO CESAR COVELLO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADDEIRA	OCUPANTE
1 — ENNES DE SOUZA	—
2 — MOURA BRASIL	— Alberto Ravache
3 — CAMPOS DA PAZ	— Geraldo Goulart da Silveira
4 — BARÃO DE CAPANEMA	— Kurt Repsold
5 — ANTONIO FIALHO	— Luiz Marques Poliano
6 — WENCESLAU BELLO	—
7 — SYLVIO RANGEL	— Ennio Luiz Leitão
8 — PACHECO LEÃO	— Frederico Murtinho Braga
9 — LAURO MULLER	— Ben Hur Raposo
10 — MIGUEL CALMON	— Heitor Grillo
11 — LYRA CASTRO	— Joaquim Bertino de M. Carvalho
12 — AUGUSTO RAMOS	— Edgard Teixeira Leite
13 — SIMÕES LOPES	— Luiz Simões Lopes
14 — EDUARDO COTRIM	— Jayme Bernardes Cotrim
15 — PEDRO OZÓRIO	— Paulo Simões Lopes
16 — TRAJANO MEDEIROS	—
17 — PAULINO CAVALCANTI	— Luiz Simões Jr.
18 — FERNANDO COSTA	— Iris Meinberg
19 — SÉRGIO DE CARVALHO	— Julio Besar Covello
20 — GUSTAVO DUTRA	— Oswaldo Balarin
21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE	— José Augusto B. de Medeiros
22 — IGNÁCIO TOSTA	— Igrácio Tosta Filho
23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO	— Fábio Luz Filho
24 — JOSÉ BONIFÁCIO	— Mário Penteado de F. e Silva
25 — LUIZ DE QUEIROZ	— Francisco de Asis Iglésias
26 — CARLOS MOREIRA	— Alfredo L. Ferreira Chaves
27 — ALBERTO SAMPAIO	— Honório Monteiro Filho
28 — NAVARRO DE ANDRADE	— José Carlos de Macedo Soares
29 — ALBERTO TORRES	— Rômulo Cavina
30 — SÁ FORTES	— Otto Frensel
31 — THEÓDORO PECKOLT	— Oswaldo Lazzarini Peckolt
32 — RICARDO DE CARVALHO	— Rômulo Joviano
33 — BARBOSA RODRIGUES	— José Sampaio Fernandes
34 — GONZAGA CAMPOS	— Sylvio Fróes Abreu
35 — AMÉRICO BRAGA	— José de Asis Ribeiro
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA	— Moacyr Alves de Souza
37 — MELLO LEITÃO	— João Carlos Bello Lisboa
38 — ARISTIDES CAIRE	— Milton Freitas de Souza
39 — VITAL BRASIL	—
40 — GETÚLIO VARGAS	— Adamastor Lima

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposição e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Instituto Brasileiro de Poliano; Conselho Consultivo das Relações Exteriores — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Nacional de Aplicação e Cultura (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Educação dos Empréstimos Rurais — (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Dr. Edgard Teixeira Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; Comissão de Política Agrária (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes; Suplente: Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Marques Poliano, Suplente; Ben Hur Raposo; Conselho Regional do S.S.R. da Guanabara — Abel de Almeida; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Estado da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo.

REFORMA

AGRÁRIA

O momentoso tema, a respeito do qual temos firmado de longa data o nosso ponto de vista, traz-nos novamente perante a classe que representamos e os nossos leitores.

Somos por uma Lei Agrária ou um conjunto de leis que possibilite o desenvolvimento de nossa agricultura e que proporcione vida melhor aos que trabalham a terra.

E' imposição de nosso crescimento demográfico e de nosso desenvolvimento industrial produzirmos melhor e mais economicamente.

Mas não será traumatizando a nossa certamente já superada estrutura agrícola que o conseguiremos, pois que uma reforma de tal natureza e objetivos exige planos, programas e prazos para a sua efetivação.

A simples entrega da terra a um brasileiro deseducado, doente, sem a necessária orientação técnica, desprovido de financiamento e de outras condições indispensáveis a uma agricultura menos empírica, que precisamos o quanto antes estabelecer no país, nada resolveria, antes agravaria a situação de **deficit** em que se encontram os governos para com os atuais 3 milhões de estabelecimento rurais, que produzem pouco e mal, exatamente porque a eles têm faltado, sempre, a assistência mais elementar, que seria no caso a educação e a saúde.

Ataque-se o problema do princípio, iniciemos por êsse caminho a Reforma e os resultados, sem choques, livres de paixões, surgirão em pouco tempo.

O crédito, a assistência técnica, o transporte, a comercialização dos produtos e outros problemas que vêm desafiando de longa data os nossos dirigentes, terão de ser resolvidos antes de mais nada para os atuais detentores de terras.

Somos favoráveis a que se dê acesso à terra ao maior número possível de brasileiros, mas isto, por si só, de nada ajudaria ao país sem que primeiro se atendesse às justas aspirações daqueles que, lutando contra tudo têm, até aqui, suprido o Brasil em produtos de subsistência e lhe fornecido as divisas com que está formando o nosso já apreciável parque industrial.

REMINICÊNCIAS

CENTENÁRIO DO PRESIDENTE LYRA CASTRO

Luiz Marques Póliano

A 8 de maio deste ano transcorreu o centenário do nascimento do Dr. Geminiano Lyra Castro, que desde 1916, quando ingressou no quadro social da Sociedade Nacional de Agricultura, sempre tomou parte saliente nas suas atividades, tendo-a presidido em dois biênios consecutivos: 1923/24 e 1925/26.

Médico de profissão, começou a sua vida política no Pará, seu Estado natal. Formou-se no Rio de Janeiro, em 1888. Filho de agricultores, tendo nascido no ambiente rural da Fazenda do Carmo, de seus pais, no Município Igarapé-Mirim, voltou no ano seguinte à Capital do seu Estado, onde ocupou numerosos cargos, ingressando na política quando se elegeu vogal do Conselho Municipal de Belém, depois vice-governador do Estado, Senador estadual, Presidente dessa Casa do legislativo paraense. Passou depois ao âmbito federal, eleito que foi deputado em 1909 e líder da bancada do seu Estado. Em 1912 retirou-se da política, voltando a ela em 1921 e 1924. Atuou nas Comissões de Finanças e de Agricultura, de que foi vice-presidente, e também 2.º vice-presidente da Câmara. Foi Ministro da Agricultura no Governo Washington Luís.

Na presidência da Sociedade, a sua atuação ficou marcada, merecendo-lhe especial carinho o Hôrto da Penha.

Nessa dependência, que êle tinha na mais alta conta, introduziu uma série de melhoramentos, desde um perfeito abastecimento de água, à reforma dos edifícios em que funcionavam as aulas do **Aprendizado Agrícola**; a construção de pavilhões novos, da serraria e respectivas instalações com maquinaria moderna; cocheira, pocilga, galinheiro modelo, apiário, serviço de águas pluviais, de iluminação e construção de cercas em toda a área do Hôrto.

Desenvolveu grande atividade na antiga campanha da Sociedade em prol do álcool-motor, tendo, afinal, como resultado dos inquéritos e experiências realizados, apresentado um substitutivo ao projeto do Deputado Joaquim Bandeira, autorizando o governo a emprestar aos produtores de açúcar e álcool — até 70% dos capitais necessários à montagem do aparelhamento das fábricas.

Enviou delegados a percorrer o Brasil, de norte a sul, em serviço de propaganda do espírito associativo e do crédito agrícola em base cooperativa. Ativou, por todos os meios, a idéia da criação da Confederação Rural Brasileira, reunindo delegações dos Estados, estabelecendo contato permanente com as associações regionais e organizando modelos de estatutos, e sobretudo mantendo acesa a idéia, realizada em 1928 por Simões Lopes.

Debatendo-se no Congresso a questão da imigração, resolveu o Dr. Lyra Castro por intermédio do S. N. A. lançar, por todo o país, um grande inquérito, que, ultimado, viria a constituir a base de seu parecer a respeito do assunto na Câmara. Esse inquérito foi condesado num volume de mais de 400 páginas, editado em 1926 pela S.N.A.

Levantou, no país, a questão da impropriedade do imposto de renda na agricultura e nas indústrias extrativas, tendo reunido delegações de todas as associações, para estudo conjunto da matéria, do que resultou um longo e fundamentado memorial ao Congresso.

Levou a efeito a Primeira Exposição Nacional de Leite e Derivados e a Primeira Conferência Nacional de Laticínios, de que depois foram publicados os respectivos "Anais".

Lançou a campanha pela regulamentação da profissão agrônômica, com o apoio de figuras representativas da classe. Uma comissão de que faziam parte os Srs. Victor Leivas, Thomaz Coelho Filho e Arthur Tôrres Filho, emitiu um parecer, encaminhado ao Deputado Fidélis Reis, como parte da reforma do ensino agrônômico. Manifestou-se sobre os **Warrants** agrícolas, que mais tarde seriam regulados em decreto oriundo da lei de autoria do antigo Presidente da Sociedade e então senador pela Bahia Miguel Calmon.

A pomicultura, e especialmente a exportação de laranjas, mereceu-lhe todos os cuidados, e pelo assunto demonstrou sempre um grande entusiasmo. Deve-se a ele a montagem, no país, das duas primeiras **paking-houses**, ponto de partida para a nossa em tempo notável expansão na exportação citrícola.

Faleceu em 10 de agosto de 1936.

"A Lavoura não podia deixar sem registro especial o centenário do nascimento de quem tanto fez pela nossa Agricultura e pelo Brasil.

Algumas Impressões a Respeito das Atividades da EHWB

Do livro de visitantes deste tradicional estabelecimento de ensino agrícola da Guanabara, mantido há mais de 60 anos pela Sociedade Nacional de Agricultura, — extraímos as seguintes opiniões:

— Do Professor Alejandro Mc Lean y Esteves, Especialista em Informações da O.E.A.:

“Deseo felicitar a la Sociedad Nacional de Agricultura y al Consejo Regional de Guanabara, por la muy auspiciosa y feliz iniciativa de haber creado el Centro Audio-Visual da Guanabara (1) que bajo la acertada orientación y dirección del Prof. Geraldo Goulart da Silveira está llamado a prestar magníficos servicios en lo que respecta al adiestramiento de personal capacitado en Información Agrícola, de que tanto necessitan nuestros países para el mejor desarrollo de sus programas agrícolas. Me llevo una magnífica impresión de este Centro así como del Curso de Información en Extensión Agrícola que recientemente ha terminado en forma muy exitosa. Son mis mejores y sinceros deseos que en una próxima visita pueda seguir admirando nuevas realizaciones de este Centro”. Em 22-6-62.

— Do Professor Raul Penna Firme, do Curso de Urbanismo da Faculdade Nacional de Arquitetura, da Universidade do Brasil, e outras:

“Visitei com grande prazer esta Instituição, sob a orientação do Sr. Luiz Marques Po-

liano, tive a impressão de um oasis no deserto brasileiro. A administração vigente luta contra todos os inimigos da terra, proporcionando esta verdadeira semente de salvação nacional, que precisa ser desenvolvida em grande escala”. Em 17-12-1962.

— Do Professor Antonell, da Argentina

“Lindo, lindo! una obra práctica agrícola en la que se baseara el mas cercano futuro economico del campo, en este muy querido país hermano”. Janeiro, 1963.

— Do Dr. Miranda Bastos, da Seção Florestal.

“Com um misto de saudade — à lembrança de Torres Filho e Arruda Câmara, meus mestres e grandes amigos — e satisfação, ao sentir o entusiasmo dos jovens que ora dirigem este estabelecimento, visito-o após vários anos de ausência, almejando-lhe uma vida cada vez mais profícua”. Janeiro, 1963.

— Do Dr. Waldemar Cardoso, Chefe da Inspeção Regional de Defesa Animal do Pará.

“As minhas congratulações pela ordem, pela organização

que tive a satisfação de visitar. Julgo que pelos benefícios prestados à organização rural do país, deve esta Escola merecer todo o apoio e estímulo dos poderes públicos”. Fevereiro de 1963.

— Do Economista Guilherme Galvão da Silva, ex-aluno do Horto Frutícola da Penha em 1913-1915.

“Hoje, dia 28-2-1963 tive o ensejo de visitar a Escola de Horticultura “Wenceslão Bello” e vejo o mesmo local com as árvores que auxiliei a plantar. Faço votos para que a Sociedade Nacional de Agricultura fomenta esta área com a aprendizagem de agricultura, para a felicidade da Pátria”. 28-2-1963.

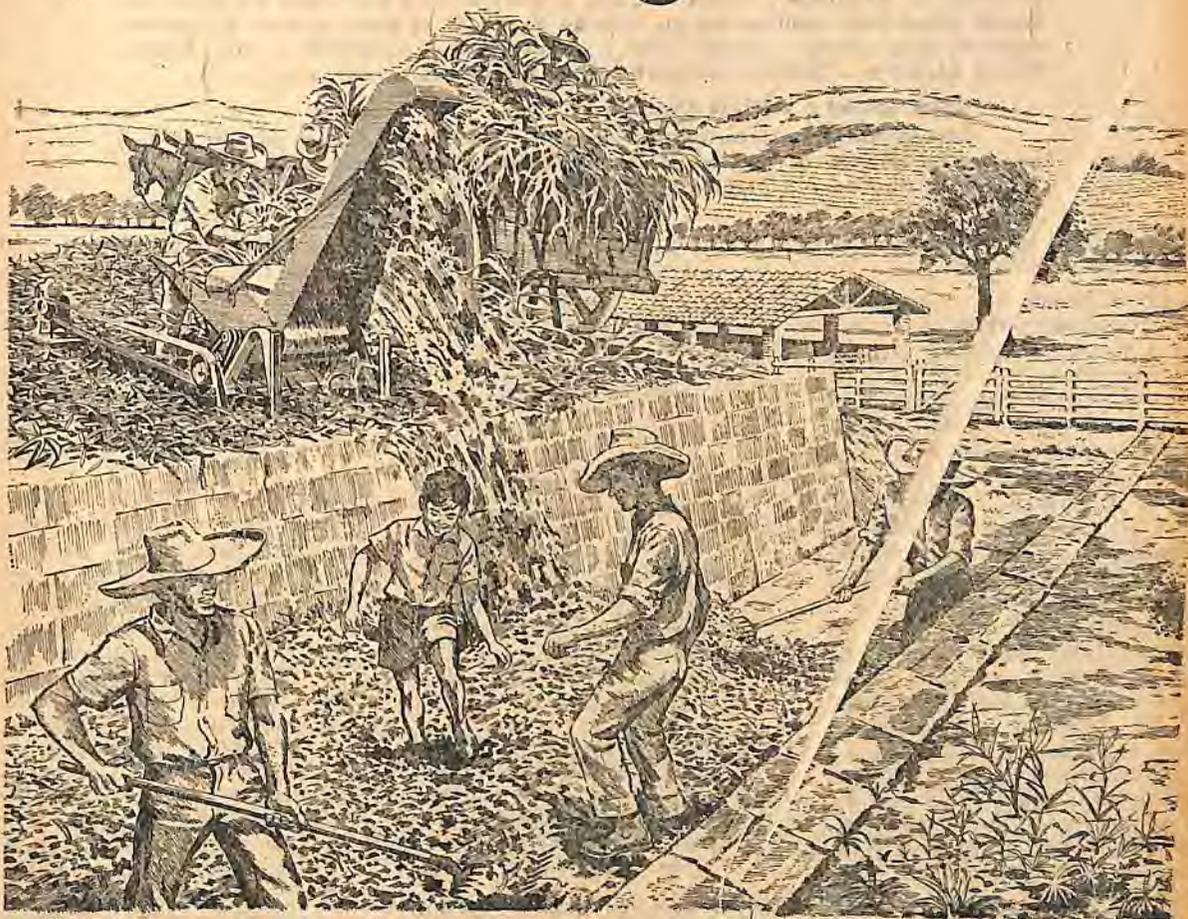
— Da Professora Aracy Duarte, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura.

“Em visita a este notável estabelecimento pela primeira vez, sinto-me encantada com a organização e alcance educativo desta escola. O Brasil muito lucraria se mantivesse em todos os Estados, Escolas Agrícolas iguais à Escola Horticultura “Wenceslão Bello”. Em 19/3/1963.

(1) Este Centro foi instalado na Escola de Horticultura “Wenceslão Bello” em virtude de Convênio, infelizmente interrompido, entre a Sociedade Nacional de Agricultura e o Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara.

VEÍCULOS — Foi de 12.067 veículos a produção da indústria automobilística brasileira, no mês de maio. Registrou-se um decréscimo de 2 mil unidades em relação ao resultado do mês anterior, quando saíram das linhas de montagem 14.056 veículos.

Ensilagem



Transformando milho, sorgo, sobras de pastos, capins Guatemala, Napier etc., em silagem, o gado leiteiro terá alimentação garantida para atravessar o período da seca.

UMA COLABORAÇÃO DE PRODUTOS NESTLÉ



SETOR AGROPECUÁRIO

Sociedade Mineira de Agricultura

A SOCIEDADE MINEIRA DE AGRICULTURA, sentindo profundamente o problema da REFORMA AGRÁRIA, sem a REFORMA DA CONSTITUIÇÃO, em grande atualidade, resolveu em sua reunião do dia 30 de abril, nomear a seguinte comissão para estudar e opinar sobre o assunto: JOÃO NARCISO — DR. ABDÊNACO LISBOA — ROBERTO MEIRELLES JUNQUEIRA (relator).

Assim opinou a referida Comissão:

Adotaremos como contribuição para feitura definitiva de um projeto de Lei, que venha resolver os problemas mais prementes desta nação, não ferindo, outrossim os direitos e a dignidade do HOMEM e da DEMOCRACIA.

Contribuição para o estudo da Reforma Agrária.

Considerando a necessidade da Reforma Agrária, e os rumos que tem tomado a idéia e, considerando:

— A falta de instrução dos homens do campo, tanto proprietários como trabalhadores, técnica como intelectual;

— A situação agropecuária, que é absolutamente anti-econômica a pequena propriedade, sem falar no minifúndio improdutivo e anti-social.

Considerando que toda a questão agrícola se resume em última análise na crise financeira, na ausência de dinheiro e de incentivo para atraí-los aos campos;

Considerando que o armazenamento e transportes são incipientes e o que é pior, comumente usados para fins diversos, do colimado, pelos atravessadores;

Considerando que o sistema de tabelamento parcial, prejudica profundamente a organização agropastoril;

Considerando que a política engambela o homem do campo, usando e abusando de sua confiança, do seu voto para fins inconfessáveis;

E finalmente considerando as palavras de S. S. o Papa João XXIII na sua encíclica "Pacem in Terris".

Colocamos a questão agrária nos seguintes termos:

1.º — REFORMULAÇÃO AGRÍCOLA

2.º — REFORMA AGRÁRIA propriamente dita.

REFORMULAÇÃO AGRÍCOLA

1.º — Crédito a longo prazo;

2.º — juros módicos;

3.º — Técnicas modernas de agricultura e pecuária;

4.º — Assistência técnica objetiva, com agrônomos e veterinários motorizados e técnicos agrícolas;

5.º — Mecanização da lavoura;

6.º — Eletrificação rural;

7.º — Preços mínimos, (preço chão) com garantias reais;

8.º — Adubos fáceis e financiados a prazo convenientes, relativos as lavouras e ao seu tempo de produção;

9.º — Defesa do sólo. Modernas técnicas de conservação do sólo, também financiadas a longo prazo e policiadas pelos órgãos competentes;

10.º — Efetivo armazenamento das produções, com dispositivo de levantamento dos capitais armazenados, e um sistema eficiente de distribuição planejada;

11.º — Fomento e formação de cooperativas de produção;

12.º — Interligação com as cooperativas de consumo, centros de abastecimentos, feiras livres e mercados;

13.º — Obrigatoriedade de medidas sanitárias animais, visando melhorar o nível sanitário da zona;

14.º — PLANIFICAÇÃO GERAL, feita pelo órgão Federal de REFORMU-

LAÇÃO AGRÁRIA, por zonas geo-econômicas e para a AGRICULTURA e a PECUÁRIA;

15.º — Facilitar o acesso à terra à técnicos e especialistas do ramo, à agricultores realmente interessados no seu manejo e cultivo.

16.º — CRIARÁ O GOVERNO FEDERAL, um tribunal de REFORMULAÇÃO AGRÍCOLA inicialmente que passará posteriormente a designar-se: TRIBUNAL DA REFORMA AGRÁRIA. Este tribunal irá servir de elemento moderador e válvula de segurança, contra abusos e distorções. Tribunal este, onde o proprietário poderá se defender de acusações e desapropriações injustas ou políticas, podendo inclusive recorrer para a justiça regular em última instância.

17.º — REFORMA TRIBUTÁRIA — Taxação de impostos de maneira tal, que naturalmente vá selecionando e impedindo a existência, tanto do LATIFÚNDIO, como do MANIFÚNDIO improdutivo.

18.º — DEMARCAÇÃO DE UM PRAZO EM QUE SE CONSIDERA VÁLIDO, OU EFICIENTE, PARA AS NORMAS PRECONIZADAS AS FRUTIFIQUEM, passando logo após, o órgão de REFORMULAÇÃO AGRÁRIA, DENOMINAR-SE, ÓRGÃO DE REFORMA

AGRÁRIA, ADOTANDO NORMAS MAIS COER-SIVAS E DRÁSTICAS.

Nesta primeira parte teremos também o que chamaremos:

VALORIZAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO HOMEM DO CAMPO

Educação do Homem Rural

- a) — Ensino primário mais realista, adaptando um programa que oriente e ajude o homem na sua faina ítura, e evidentemente que o ligue mais à terra.
- b) — Escolas de iniciação agrícola. — (Ginásio Agrícola).
- c) — Economia doméstica.

EXTENSÃO RURAL

- a) — Um programa de longo alcance, conjugando esforços, para uma vida mais produtiva e mais digna.

ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL

Amparo, Saúde e bem estar do Homem do Campo.

- a) — Assistência MÉDICO, DENTÁRIA E FARMACÉUTICA;
- b) — Assistência à infância;
- c) — Assistência à Maternidade;
- d) — Higiene rural e introdução de hábitos mais racionais.

BATALHÃO AGRÁRIO

Descrito detalhadamente em REALIDADE RURAL, publicação de CCPR.

Por REFORMA AGRÁRIA propriamente dita, consideramos a seqüência de medidas que seguem ao que se chamou REFORMULAÇÃO AGRÍCOLA:

- 1.º — Parcelamento das terras devolutas da União, Estados e Municípios, etc.
- 2.º — Recuperação das terras devolutas em zonas mais afastadas, criando con-

dições de vida e comércio;

- 3.º — ORIENTANDO NOS GRANDES CENTROS POPULACIONAIS a criação de zonas de pequenos produtores hortigranjeiros;

a) Congregá-los em cooperativas de produção, de molde a baratear a produção e tê-la diariamente à preços acessíveis;

- 4.º — IDENTIFICAR As TERRAS QUE POR SUA EXTENSÃO E LOCALIZAÇÃO, IMPEÇAM OU DIFICULTEM O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO, OU O ABASTECIMENTO DOS MERCADOS CONSUMIDORES;

- 5.º — OBRIGATORIEDADE DE PRODUÇÃO, um mínimo, dentro dum padrão variável e de acôrdo com as condições geoeconômica-sociais e para pequenas, médias e grandes propriedades, e ainda, a observância de certos princípios míni-

mos: CASAS - SALÁRIOS - ESCOLAS - SAÚDE - OBSERVÂNCIA DO PLANEJAMENTO - TÉCNICA E PRODUÇÃO.

- 6.º — MODIFICAÇÃO DA LEI DE PARTILHA, criando cláusulas tais, que por inventário não se possam manter grandes latifúndios, nem que se caia no minifúndio. Evidentemente também observando o PLANEJAMENTO DA ZONA, possibilitando assim uma REFORMA AGRÁRIA NATURAL.

- 7.º — INTENSIFICAR E AUXILIAR as firmas de colonização, dentro do planejamento naturalmente, mas taxar pesadamente os LOTEAMENTOS marginais dos grandes centros, que inutilizam grande áreas e avançam nas pequenas economias, que poderiam ser aproveitadas em outras empresas, principalmente em COOPERATIVAS, quer de CONSUMO, quer HABITACIONAIS.

Mudas de Plantas Frutíferas

DE CLIMA TEMPERADO

JUNHO-JULHO

A BOA ÉPOCA PARA O PLANTIO

PEÇAM LISTA DE PREÇOS, GRÁTIS, À

Dierberger Agrícola S/A

FAZENDA CITRA

CX. POSTAL. 48

FONE 1121

LIMEIRA - SP

Seria bastante útil, para melhor orientação dos lavradores que fossem publicadas previsões gerais do Tempo para períodos dilatados, de um a três meses, como já se procede em vários Países. Graças ao decidido auxílio do Conselho Nacional de Pesquisas, para tão importante empreendimento, foram preparados cerca de 2500 gráficos, assim distribuídos:

a) 1000 para a previsão do número dos dias de chuva, em 84 pontos do Brasil, com um mês de antecedência;

b) 500 para previsão do total de chuva em 42 locais, e nas mesmas condições;

c) 500 para previsão da temperatura média, número de dias de chuva, e total de chuva em cada trimestre, para 18 localidades ao sul da latitude de 15.º.

Previsões Trimestrais

Adalberto Serra

d) 500 para previsões mensais de chuva e número de dias de chuva em 16 estações experimentais do M. Agricultura.

Pondo de parte os prognósticos mensais, que serão objeto de artigo ulterior, esta breve nota se refere somente aos trimestrais, feitos durante um ano para 12 postos, com os seguintes resultados:

Trata-se portanto de resultados satisfatórios, que autorizariam o imediato estabelecimento no País, de um serviço regular de Previsão a prazo longo.

Para tanto, tornam-se necessários recursos, aliás de vulto muito reduzido, e providências administrativas. Acreditamos que não ultrapassem de 12 milhões por ano as despesas necessárias, que permitirão contudo evitar aos lavradores prejuízos de dezenas de bilhões, como vem sucedendo até agora.

TEMPERATURA — (43 previsões)

Erro inferior a 0,5 — 26 (60%)
 " entre 0,5 e 1,0 — 7 (17%)
 " maior que 1,0 — 10 (23%)

Em 77% dos casos, o erro foi menor que 1,0.

PRECIPITAÇÃO — (46 previsões)

Erro inferior a 50 mm — 21 (46%)
 " entre 50 e 200 mm — 6 (13%)
 " entre 100 e 200 mm — 13 (28%)
 " acima de 200 mm — 6 (13%)

Em 59% dos casos o erro foi menor que 100 mm.

Tomando por base o desvio proporcional à chuva observada, pois um erro, por exemplo de 50 mm, será mais grave numa precipitação fraca que noutra muito elevada, resulta o seguinte:

Erro até 10% do valor ocorrido — 16 (31%)
 Erro até 20% do valor ocorrido — 25 (54%)

DIAS DE CHUVA — (48 previsões)

Erro até 6 dias — 30 (60%)
 " entre 6 e 10 dias — 13 (27%)
 " acima de 10 dias — 5 (10%)

Em 90% dos casos o erro permaneceu inferior a 10 dias. Se considerarmos o desvio em função do número exato de dias de chuva, encontraremos:

Erro até 10% do valor ocorrido — 20 (42%)
 Erro até 20% do valor ocorrido — 33 (69%)

Uma comparação estatística entre os valores previstos e os realmente ocorridos resultou nos seguintes coeficientes de correlação:

Temperatura — 0,97
 N.º dias de chuva — 0,87
 Precipitação — 0,80

CAFÉ — Superado pela Colômbia, o Brasil, que desde 1953 vinha mantendo a posição de primeiro fornecedor de café para a Espanha, perdeu essa liderança em 1962. Entre os fatores que contribuíram para isso, podemos citar o fato de que a Colômbia, nos últimos anos, incrementou suas compras no mercado espanhol, permitindo à Espanha acumular substancial saldo que é hoje canalizado para as importações de café daquele país. As exportações brasileiras para este país foram, em 1962, de 4.000 toneladas do produto, enquanto a Colômbia exportou 12 000 toneladas.



MINERIO DE FERRO — Segundo dados fornecidos pela CACEX, as exportações brasileiras de minério de ferro (hematônulas) no decorrer do ano (ite) atingiram 75 milhões de toneladas de passado, carregando para o país a soma de 68,3 milhões de dólares. Os principais compradores do nosso produto foram a Alemanha Ocidental e os Estados Unidos.

invisível da indústria

a maquiagem

TALCO INDUSTRIAL



das minas da
Magnésita S. A. com
99,11% de talco puro.

uma indústria
o serviço da indústria

Magnésita S.A.

O talco entra na fabricação e acabamento de milhares de manufaturas: cosméticos, papel, tintas, cêra, vernizes, plásticos, porcelana, inseticidas e produtos farmacêuticos. Temos para pronta entrega o tipo de talco que a sua indústria precisa, com a qualidade e finura tecnicamente especificadas em laboratório.

Para maiores informações,
solicite o nosso folheto:
**"O BRASILEIRO O MELHOR
TALCO DO MUNDO"**

Endereço Telegráfico: MAGNESITA
RIO DE JANEIRO — Praça Rio X, 98 s/801/808
Tel. 43-3999 e 23-4751

BELO HORIZONTE — Av. Afonso Pena, 952, 3.º
C. P. 208 — Fábrica de Refratários: Cidade
Industrial — Tel. 2-4345 e 2-9851

SÃO PAULO — Talco-Repres. e Manoel Crório
de Mello - Representações e Comércio Ltda.
Lga. 7 de Setembro, 34 - 4.º andar - sala 1.
Telefone 33-7704

Norm. 58.01

Pontos
de
Vista
de
um
Correspondente
Britânico
por
H. George
Franks

A Agricultura e a horticul-
tura tornaram-se tão intensivas
na Holanda, que cheguei a
acreditar que muito pouco mais
poderia ser feito para intensi-
ficar esta intensidade. Fiquei,
portanto, realmente surpreso
ao ler uma comunicação do go-
vêrno holandês, que dizia o se-
guinte: "Planos de desenvolvi-
mento de terras em 60 áreas em
todo o país tornaram-se uma
atividade bastante conhecida e
popular entre as comunidades
agrícolas".

Interessado e intrigado fiz
algumas investigações parti-
culares e vim a saber que êsses
planos abrangem uma área de
cêrca de 750.000 acres de terra
arável e aproximadamente ...
25.000 fazendas, o que represen-
ta um quinto do total na Ho-
landa.

A idéia do plano teve início
há cinco anos atrás, quando as
primeiras áreas da redistribui-
ção de terras começaram a pro-
duzir resultados. Durante sé-
culos, muitas fazendas da Ho-
landa, principalmente devido à
herança de leis e costumes, es-
tavam excessiva e desesperan-
çadamente divididas em peque-
nos lotes espalhados por uma
grande região, o que tornava a
exploração agrícola excepcio-
nalmente anti-econômica e bas-
tante difícil.

Em 1954, uma nova lei foi
adicionada aos estatutos, incor-
porando emendas de legisla-
ções anteriores, o que tornou a
consolidação muito mais fácil
— e em alguns casos mais ou
menos compulsória. O govêrno
holandês fornece, atualmente,
quase 200.000.000 de florins por
ano (56 milhões de dólares) em
subvenções e empréstimos para
esta obra, embora a real me-
lhoria dos trabalhos seja levada
a cabo, com base em contratos,
por duas ou três companhias e
firmas de engenharia da Ho-
landa.

Nestes últimos anos, a redis-
tribuição de terras tornou-se
cada vez mais popular entre os
fazendeiros holandeses e atual-
mente há cêrca de 600 projetos
em execução (todos voluntá-
rios), abrangendo aproximada-
mente 3.000.000 acres. Duzen-

tos dêsses projetos, abrangendo
300.000 acres, já foram termi-
nados e mais 100, cobrindo meio
milhão de acres, estão em exe-
cução.

O Serviço de Desenvolvimen-
to de Terras, encarregado dessa
consolidação de pedaços frag-
mentados de terras aráveis, tem
um escritório em cada provin-
cia e trabalha em íntima cola-
boração com diversos outros de-
partamentos governamentais.
Estes projetos de redistribuição,
contudo, não compreendem sô-
mente a redistribuição de ar-
rendamentos divididos em uni-
dades mais práticas e econômi-
cas, mas incluem também me-
lhoramentos tais como drena-
gens, melhor acessibilidade, so-
lução para os problemas das fa-
velas rurais, novas localizações
para as edificações das fazen-
das e melhores fornecimentos
de eletricidade e água. Até
mesmo arrendamentos que não
eram realmente fragmentos de
antigas fazendas, mas que são
pequenos demais para render
alguma coisa, podem ser au-
mentados, facilitando-se a com-
pra de terras vizinhas ou pelo
menos próximas, como as que
foram abandonadas pelos fa-
zendeiros que se mudaram pa-
ra fazendas maiores, nos novos
póldores formados com a re-
cuperação de terras.

Toma-se muito cuidado, no
entanto, para que essas medi-
das não se desenvolvam rápida-
mente demais. Soube, por
exemplo, que se dá tôda a aten-
ção a como o problema da re-
distribuição afeta as regiões
circunvizinhas e as comidades
de vida normais ou tradicionais.
São feitos planos especiais pa-
ra a transmissão de informa-
ções práticas acêrca dos aspec-
tos técnicos das novas possibi-
lidades agrícolas, além de con-
selhos e assistência à dona de
casa que enfrenta novas con-
dições e problemas.

Com relação a êste último as-
pecto, foram escolhidas, há al-
guns anos, duas áreas experi-
mentais, que já mostraram
bons resultados. Em cada uma
delas, os melhoramentos apre-
sentaram formas definitivas,

A LAVOURA

em grande parte devido ao fato de a população local ter demonstrado, inesperadamente, um grande interesse pelo que estava sendo feito. Chegaram mesmo a dirigir o trabalho através de suas próprias comissões, estabelecendo ligações com bancos rurais, escolas agrícolas e de economia doméstica, departamentos de contabilidade dos fazendeiros e instituições semelhantes, que ajudaram-nos a organizar excursões, cursos, palestras, concursos e exposições.

Além da crescente felicidade, maior satisfação e trabalho reduzido que estes projetos produziram como base da redistribuição e consolidação de terras fragmentadas, as obras revelaram eminentes sucessos financeiros.

Houve não somente um claro aumento da produtividade e diminuição das horas de trabalho, como também maior lucro na produção. Por exemplo, em toda a Holanda (como em todo o mundo) o custo da produção vem se elevando até mesmo nas fazendas. Nestas áreas de redistribuição e desenvolvimento de terras, contudo, o aumento do custo de produção do leite, por exemplo, foi consideravelmente menor do que o de outras áreas. Isto significa muito no curso de um ano, estando as vacas holandesas colocadas entre as melhores produtoras de leite da Europa. Os fazendeiros, de acordo com este esquema, tiveram que pagar apenas dez florins (2,80 dólares) por ano para pôr em prática as novas idéias.

Isto significa realmente, que, levando-se em consideração todas as coisas, a produção e condições de vida altamente desenvolvidas não custam mais do que quatro florins (cerca de um dólar) por acre, cada ano.

É claro que em um país tão conservador como a Holanda (isto é, onde a comunidade agrícola acha-se quase que tolhida pelos costumes e tradições) a aceitação deste projeto de desenvolvimento de terras não foi muito rápida. O começo foi, no entanto, bastante auspicioso e as perspectivas parecem boas.



*econômicos,
eficientes...
duram muito
mais!*

DESINTEGRADORES

CASE

a martelos de rotação rápida

É o melhor para sua fazenda, granja, fábrica ou indústria. Construído em dois modelos — H-10-B de 15 a 20 HP e H-14-B de 20 a 23 HP — tritura, mói, desintegra alfafa, feno, bagaço e pólpa de cana, milha em espiga (com ou sem palha), milho em grão, palha e casca de arroz, mandioca, café etc. Peneiras com diferentes medidas de furos (de 1/32" até 2"), conforme o material moído. Dependendo do material, a capacidade de produção horária do desintegrador Case, funcionando com Peneiras de 1/4", varia entre 440 e 1.670 quilos.

FATORES DE MAIOR RENDIMENTOS

- Mesa de fácil alcance e grande alimentação.
- Moagem rápida, calha aperfeiçoada
- Ventilador poderoso, coletor-ciclone
- Mancais de olamentos especiais
- Mate-

rial sólido que assegura muitos anos de uso.

MOINHOS DESINTEGRADORES

a martelos rotativos e com ensacadores.

Modelos H-10-B e M-14-B.

Folia de 9 cm (3 1/2", 3.000 a 3.400 RPM.



Guanabara, Estado do Rio, Espírito Santo, Minas Gerais (exceto Triângulo Mineiro)

Agentes nas principais cidades

GEOVIA — Comércio e Engenharia S. A.

Rio: Av. Venezuela, 27 — s/208-210 — Tel. 43-6329

B. Horizonte: Rua Tamoios, 924 — Tel. 2-8245

Distribuidores Exclusivos para o Estado de

A TILÁPIA

Este maravilhoso peixe de água doce, introduzido no Brasil por iniciativa da Divisão de Caça e Pesca do Estado de São Paulo, com a colaboração do Dr. Félix Charlier, é objeto da monografia que data vênha, transcrevemos, da autoria dos técnicos José de Oliveira Vaz e Wilton Brandão Parreira, veterinário e zootecnista do Departamento de Produção Animal do referido Estado.

Tem sido de tal maneira auspiciosa a introdução dessa espécie congolêsa nos nossos lagos e represas que, com o intuito de a intensificar, aqui oferecemos aquele útil trabalho aos nossos leitores.

Aproveitando a oportunidade, inserimos, ao fim, uma "Bibliografia da Tilápia", levantada pela nossa Biblioteca, a qual, pensamos será de grande proveito para os estudiosos da matéria:

A TILÁPIA —

Da mesma família dos Aca-rás (Cichlidae) mas, sob muitos aspectos, superior a estes e a outras espécies nativas existentes em nossos açudes, é peixe de porte médio, de carne saborosa, de poucas espinhas, de grande capacidade reprodutora e sobretudo, de fácil e econômica criação, em virtude de seu regime alimentar.

HISTÓRICO —

Dois fatores fundamentais imprimem características próprias à piscicultura paulista: um, ligado ao meio ambiente, sujeito a flutuações bruscas de temperatura, e, outro, condizente com os hábitos da vida das nossas espécies. Dentre estas, dois tipos devem ser considerados: espécies de piracema ou de águas correntosas, entre as quais se incluem os peixes de maior valor comercial, e espécies lenticas ou de águas paradas, todas, por assim dizer, sem grande importância econômica.

Das boas espécies de piracema, tais como o "dourado", a "piracanjuba", a "piapara", o "mahdi", etc., nenhuma se reproduziu, até agora, em águas paradas. Das espécies que vivem nestas — "traíras", "bagres", "acarás", "lambaris" — nenhuma se recomenda à piscicultura quer pelos seus hábitos, exigências alimentares, tamanho, qualidade da carne, etc.

Os peixes, estranhos às águas do Estado e adaptáveis a ambientes aquáticos represados,

tais como as "pescadas", os "apaiairis", os "tucunarés" e outros, encontrados no Norte e no Nordeste, não puderam aclimatar-se satisfatoriamente nos açudes paulistas, em virtude de não suportarem as baixas temperaturas do nosso inverno; por outro lado, o verão impossibilita a vida do "peixe-rei", do Rio Grande do Sul, em nossas águas paradas.

A "carpa", peixe alienígena, há muito, adaptada ao nosso meio aquático, conquanto seja atualmente a espécie mais recomendada para fins comerciais em virtude do preço que alcança no mercado paulistano. Apresenta, todavia, certas características biológicas que não a recomendam muito nas criações com finalidade recreativa ou alimentar, seja por exigir instalações mais complexas, seja por turvar as águas, seja ainda por possuir carne de sabor não apreciado por muitas pessoas.

Assim, considerando a imprescindível necessidade de povoar, com espécie de boa qualidade, o grande número de açudes, naturais ou artificiais, existentes em nosso Estado, a solução seria a importação de uma espécie que, vivendo em ambiente natural semelhante ao nosso, reunisse uma porção de características favoráveis à piscicultura: fácil e econômico arraçoamento, rusticidade, crescimento rápido, tamanho médio, prolificidade, boa qualidade da carne, etc. A Tilápia possui esses requisitos e daí a preferência que lhe foi dada.

GENERALIDADES —

Oriunda do Congo Belga, na África, onde se faz sua criação extensiva e intensiva, com o objetivo de melhorar o regime alimentar dos habitantes, deficiente em proteínas de origem animal, foi a Tilápia introduzida em águas paulistas, em 1953, por iniciativa da Divisão de Caça e Pesca do Estado de São Paulo, com a inestimável colaboração do Dr. Félix Charlier.

Dentro do gênero Tilápia, existem numerosíssimas espécies, entre as quais a *macrohir*, a *mossambica*, a *melanopleura*, a *sparmanni*, a *galilíae*, a *nilótica*, a *esculenta*, etc. Na importação, deu-se preferência a *Tilápia melanopleura* por ser herbívora (fitófaga), característica importantíssima, não só em virtude da existência habitual de plantas aquáticas em nossas águas paradas, como, também, por existir em abundância no Estado e ser de pequeno custo a maior parte dos alimentos artificiais de que necessita; outro fator preponderante que influíu na escolha se prende ao fato de que já havia sido realizada, com êxito, a aclimação dessa espécie em outras regiões do globo (África Oriental, China, Indonésia), de condições semelhantes à nossa e à do seu "habitat" de origem, regiões nas quais se vêm fazendo a criação em larga escala. A adaptação satisfatória desse peixe em águas paulistas e os resultados auspiciosos até agora obtidos com a sua criação

Assim como o trevo de quatro
fôlhas é símbolo de "Boa Sorte"



O avicultor bem sucedido sabe

que o resultado satisfatório
e o lucro certo na avicultura
dependem das 4 regras básicas:

BOA INSTALAÇÃO
BOM PINTO
BOM MANEJO
BOA RAÇÃO

Z. P. LUNA 1952

**Moinho
Fluminense S.A.**
Fundado em 1907

RIO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 409-7º AND. - CX. POSTAL 1350 - ZC-00 - TEL. 23-7820
S. HORIZONTE: AV. DOS ANDRADAS, 841 - CX. POSTAL 143 - TEL. 2-2622
JUIZ DE FORA: RUA PAULO FRONTIN, 153 - CX. POSTAL 88 - TEL. 1625
PETRÓPOLIS: RUA 16 DE MARÇO, 208 - CX. POSTAL 184 - TEL. 3416

e na sua cidade procure o nosso representante

avevita

vieram confirmar o acerto da na inacessível a grande parte escolhã.

No momento em que a carne bovina alcança preço que a torna inacessível a grande parte da população paulista, que se vê, assim, impossibilitada de consumi-la em quantidades razoáveis e, necessárias; em que outros alimentados de origem animal, também ricos em proteínas, não podem ser consumidos em proporções adequadas, por estarem acima das possibilidades econômicas do povo; em que, por motivos vários, a pesca marítima não pode suprir qualitativa e quantitativamente o mercado consumidor, principalmente o do interior; em que os nossos rios, em virtude de causas diversas — poluição, destruição da flora marginal, etc. — se tornam cada vez mais despovoados, a piscicultura da Tilápia deve e precisa ser incrementada ou ampliada, não só com o intuito de melhorar e diversificar a alimentação do povo em geral e do ru-

ricola em particular, como ainda, para aproveitar o grande número de açudes construídos e a construir para fins de irrigação requerida pelos modernos e racionais processos de agricultura.

MORFOLOGIA E COLORAÇÃO —

A Tilápia, quando pequena ou jovem, tem o formato de fuso (fusiforme) e, à medida que se torna mais velha, vai tomando a forma arredondada, de modo que, ao atingir mais de um quilo, se assemelha bastante à do nosso "pacu". Sua nadadeira dorsal possui de 15 a 16 raios duros e de 10 a 14 raios moles. Tem a cabeça e a cauda pequenas, comparativamente comprimento do corpo. Este, de coloração cinzento-verde-prateada, apresenta-se, muitas vezes, com faixas verticais, paralelas, mais ou menos escuras. O ventre, as nadadeiras peitorais e ventrais assim como a metade inferior da cauda são

comumente avermelhadas na época da reprodução; esse característico, porém, não serve para identificação do sexo, contrariamente, portanto, ao que ocorre com os nossos "acarás", cuja coloração normal se torna mais acentuada, no macho, naquele período. Uma bem marcante característica é possuir essa espécie, na nadadeira dorsal, uma mancha circular bem escura, a qual se vai tornando mais clara à medida que o peixe cresce.

HÁBITOS E CRIAÇÃO —

As Tilápias — que chegam a ultrapassar 40 centímetros de comprimento e dois quilos de peso — começam a desovar no fim do primeiro ano de vida, quando pesam de 200 a 400 grammas e medem de 20 a 30 centímetros (o crescimento e peso dependem da área e da quantidade e qualidade da alimentação fornecida). Desde que tenham atingido o estado adulto, iniciam a desova no comê-

ço da primavera (meado de setembro), quando principiam o calor e as grandes chuvas; fazem até quatro posturas, havendo, entre uma e outra, um intervalo aproximado de mês e meio. A desova se efetua em ninhos em forma de buracos circulares, de 8 a 12 centímetros de diâmetro, vizinhos uns dos outros, cavados nas proximidades das margens dos açudes, nos lugares mais rasos. O número de ovos, em cada postura, varia muito, não indo, porém, além de 6.000, sendo o aproveitamento de cerca de 25%, percentagem considerada boa em piscicultura e que se deve ao fato de o peixe defender a prole; assim, cada fêmea de Tilápia produz, em média, 6.000 alevinos ou filhotes por ano, dos quais, por fatores vários, apenas a metade — 3.000 — pode chegar ao estado adulto. Tal índice de aproveitamento mostra claramente que a criação racional de Tilápias deve ser realizada em tanques de superfície não inferior a 3.000 metros quadrados e isso porque, obtendo-se em média, de cada fêmea, 3.000 filhotes por ano, ter-se-ão, após 12 meses, 30.000 peixinhos aproximadamente, considerando-se que a criação pode ser iniciada com 20 exemplares, dos quais cerca da metade (10) é constituída de fêmeas (10 fêmeas dando 3.000 alevinos cada = 30.000 filhotes). A cada metro quadrado corresponderão, portanto, 10 alevinos, proporção considerada razoável. No ano seguinte, se bem alimentadas, as 15.000 fêmeas (metade do total obtido) irão também desovar e ter-se-á, então, um número de novos alevinos, exagerado em relação à superfície do tanque. A solução do problema residirá em consequência, no desbaste, na despesca intensa, de modo a nunca ser ultrapassada a proporção: 10 peixes, no máximo, para cada metro quadrado de superfície, com arraçamento.

A prolificidade ou a grande capacidade de reprodução desse peixe constitui, por conseguinte, o motivo por que não se recomenda a criação de Tilápias em açudes de superfície inferior a 3.000 m²; a criação pode ser realizada, todavia, em tanques menores, desde que, após 18 meses do início, se proceda à intensa despesca ou desbaste, isto é, mesmo, do esvaziamento

do tanque; ultrapassado que seja o referido limite — 10 peixes no máximo, por metro quadrado — as Tilápias não crescerão convenientemente, ainda que se lhes proporcione abundante e adequada alimentação.

Conquanto as Tilápias, no primeiro ano de vida, se desenvolvam satisfatoriamente na proporção supra mencionada, um maior, melhor e econômico desenvolvimento se obtém quando a relação é apenas de 1 a 2 exemplares para a mesma unidade de superfície, isto é, por m², sendo de notar que na criação de peixes o que tem importância é a área alagada e não a profundidade da água. Respeitadas as proporções — peixe-área — recomendadas, as Tilápias, se convenientemente arraçadas, atingem, em média, em nossas águas, 80 gramas de peso e 16 centímetros de comprimento aos 6 meses, 240 grs. (o triplo do anterior) e 22 cents. aos 10 meses, alcançando, em um ano, 320 grs. (o quádruplo) e 25 centímetros, desenvolvendo-se muito mais, portanto, que no seu país de origem, onde, respectivamente, atingem, em média: 50 grs. e 12,5 cents. 150 grs. e 18 cents. e 200 grs. e 20 cents. Embora Huet afirme ser de 40 centímetros e 1,5 quilos o comprimento e o peso máximo desse peixe, na Sub-Estação Experimental de Piscicultura de Pindamonhangaba, subordinada a esta Divisão, conseguiram-se, em condições ideais, Tilápias, de 3 anos, pesando mais de 2 kg. e de comprimento superior a 45 centímetros.

Baseando-se no seu crescimento médio, a Tilápia pode ser consumida com 5 a 6 meses de idade, à semelhança do que acontece com o lambari; com mais de 10 meses, dá ótimos "filets", quase isentos de espinhas e de gosto superior ao da maioria dos nossos peixes. Dada a existência de rabos pontegudos nas nadadeiras dorsal e anal, o manuseio das Tilápias adultas deve ser feito com os necessários cuidados, para evitar ferimentos nas mãos; assim, o uso de luvas, quando se procede à separação dos exemplares, e a utilização de tesouras, para a retirada dos citados apêndices, quando do preparo do peixe para consumo, constituem medidas recomendáveis.

Embora em seu país de origem a Tilápia vive melhor em

zona térmica oscilando entre 18 a 28°, vindo a perecer quando a temperatura das águas cai abaixo de 12° (Huet), na Sub-Estação Experimental de Piscicultura de Pindamonhangaba, em nosso Estado, um lote desse peixe resistiu a temperatura inferior a 7°, no inverno de 1955; não existe, por conseguinte, região do território paulista, onde não se possa realizar a criação dessa espécie.

Para a criação de Tilápia qualquer tanque serve; no entanto, desde que se trate de açudes, de qualquer tamanho, a serem construídos para fins de piscicultura, seria recomendável um sistema de escoamento igual ou semelhante ao constante da planta anexa, uma vez que a comporta indicada facilitará o parcelado ou total esvaziamento do tanque, seja quando se quiser retirar os peixes adultos, para consumo ou separação de reprodutores, seja quando se desejar retirar o excesso de exemplares (desbaste). Nos açudes já construídos, a colocação de tela de malha fina nos ladrões ou sangradouros é providência necessária, para impedir a fuga a limpeza do fundo dos tanques dos peixes. Em qualquer caso, deve ser realizada, porquanto tal medida possibilitará a passagem de rede de arrasto ou o emprego de tarrafa, quando se desejar fazer a pesca maciça ou o desbaste.

Quando jovem ou adulta, a Tilápia é herbívora de preferência. Alimenta-se de plantas aquáticas em geral; de hortaliças (nabo, tomate, cenoura, mandioquinha, cará, quiabo, verduras — alface couve, repolho, almeirão etc.). Aceita muito bem folhas de batata doce, de mandioca, de milho, de amoreira, das leguminosas (kudzú tropical, soja, gandu, labe-labe, centrosema, mucuna) e das gramineas (capim fino, colônia, jaraguá, guatemala, kikuio, gordura, principalmente se novos, quando são tenros e mais nutritivos). As tortas de algodão, de babaçu e de amendoim, as farinhas de sangue, de peixes e de soja o farelo e o farelinho de trigo, a mandioca, a batata doce, a batatinha, as frutas (mamão, goiaba, laranja, manga, abacate, banana, amora, etc.) constituem, ainda, ótimos alimentos que se lhe podem e devem proporcionar. A alimentação verde — verduras capins,

fólias — deverá, para facilidade de apreensão, ser administrada em feixes, amarrados e fixados ao fundo do tanque por pedras, tijolos, estacas; quanto aos demais alimentos, em comedouros, também submersos, o que facilitará o controle do consumo, evitando-se o desperdício. De notar que a Tilápia se resente quando se muda a alimentação; assim, até que se habitue com o novo alimento, decorre geralmente uma semana e, nesse período, o consumo é muito pequeno.

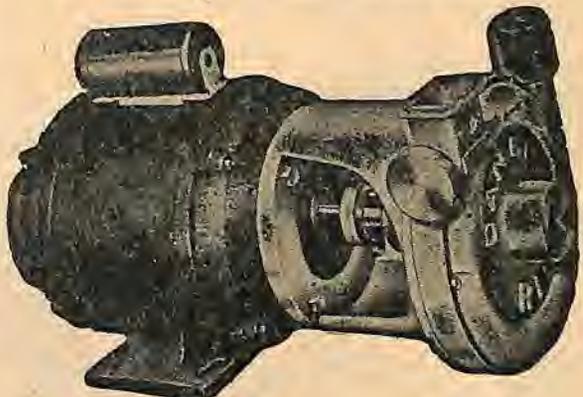
Um fator que influi preponderantemente no desenvolvimento dos peixes, em geral, é a abundância de "plancton", conjunto de microorganismos, animais ou vegetais, existentes nas águas e que constituem seu principal alimento nos primeiros meses de vida. Daí a vantagem de, numa criação racional, adubarem-se os tanques, com o fim de favorecer a formação de maior quantidade de "plancton". Com tal objetivo, utiliza-se, ou o adubo químico (superfosfato, hiperfosfato ou outros ricos em fósforo e cálcio) ou o orgânico (estérco de curral ou de galinheiro, bem curtido) ou, de preferência, ambos, simultaneamente. O primeiro, isto é, o químico — que também tem a finalidade de corrigir a normal acidez do nosso meio aquático — pode ser utilizado em lançamento sobre a água, na quantidade de 3 a 5 quilos mensais por 1.000 metros quadrados de superfície; o adubo orgânico curtido, na quantidade mensal de 3 sacos de aniagem, para a mesma superfície, deverá ser colocado, nas proximidades das margens misturado com um pouco de terra, para que afunde.

Quando se inicia a criação com alevinos, não podem ser estes colocados em açudes onde haja outros peixes (traíras, principalmente), gansos, patos, cobras d'água, etc.; as talapi-nhas deverão ser postas primeiramente em tanque pequeno (50 m², aproximadamente), até que atinjam o comprimento de, no mínimo, 15 centímetros. Attingido esse tamanho, estarão em condições de se defender dos seus inimigos, podendo, então, ser colocadas no ambiente definitivo, onde se reproduzirão, defendendo tenazmente a prole nas primeiras semanas de vida. Tais inimigos naturais passarão,

BOMBAS HIDRÁULICAS

DANCOR

INDÚSTRIA BRASILEIRA



Inoxidável — Garantidas
CENTRIFUGAS

- Com motores elétricos
monofásico de 1/4 a 1 H.P.
trifásico de 0,75 a 5 H.P.
- Com motores a gasolina
alta pressão de 1. 1/2 a 5.
1/2 H.P.
auto-aspirante de 1. 1/4 H.P.

A VENDA NAS BOAS CASAS
Fabricada e garantidas pela

MECÂNICA INDUSTRIAL DANCOR LTDA.
Caixa Postal, 5.090 - End. Teleg. "Dancor" - Rio de Janeiro

após, a ter uma influência benéfica, pois auxiliarão o desbaste. É esse também o motivo por que alguns autores recomendam a introdução do "Black-bass" (espécie piscívora) em tanques de área superior a 1 hectare e densamente povoados de Tilápia. Uma vez povoado um açude com Tilápias, não há também inconveniência de, no mesmo, proceder-se, simultaneamente, à engorda de carpas, porquanto ambas as espécies, dadas as suas características biológicas, tem hábitos e alimentação diferentes.

Em síntese: em virtude do seu fácil e econômico regime alimentar, pois abunda em nossas propriedades agrícolas a maior

parte dos alimentos de que se utiliza; dada a facilidade de sua criação, porquanto não exige instalações adequadas e dispendiosas nem cuidados especiais; por poder ser empregada na alimentação humana, em diferentes tamanhos, porque, quando pequena (50 a 100 gramas) é superior ao lambari e, se adulta, de carne de qualidade semelhante ou melhor que a de outros peixes comumente comercializados, é a Tilápia, como já se afirmou, a espécie cuja criação precisa ser intensificada em todo o Estado, com o precípuo objetivo de diversificar e melhorar a alimentação do povo, tão deficiente de proteínas de origem animal.

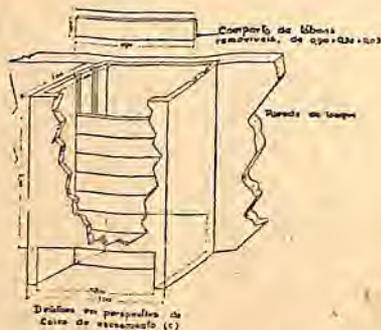
FOMENTO

Modêlo de Comporta

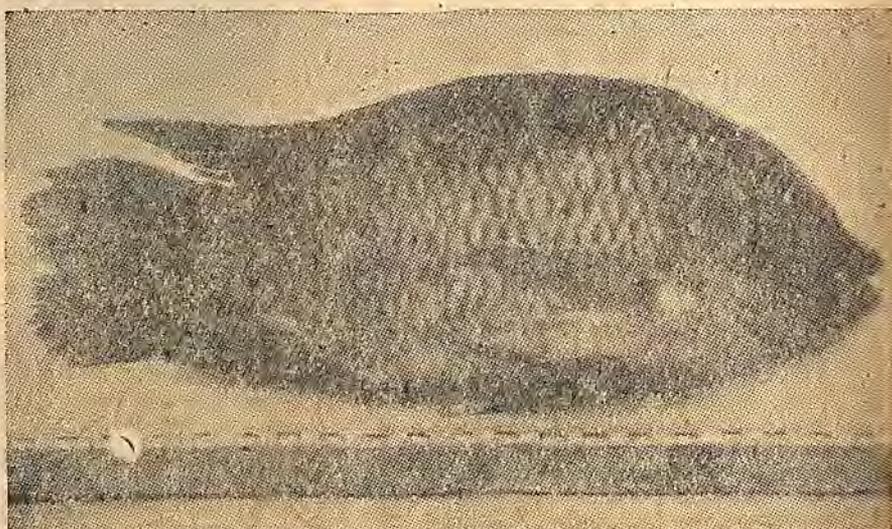
O Departamento da Produção Animal, por intermédio da sua Secção da Fauna Fluvial e Lacustre, fornece a cada interessado, para início de criação, alevinos de Tilápia, a razão de Cr\$ 10,00 o exemplar. A distribuição é feita nos meses de Outubro a Maio, mediante prévia encomenda e pagamento antecipado, por Cheque ou Vale Postal, em nome do referido Departamento.

Os pedidos do interior feitos, de preferência, por intermédio do Zootecnista ou Agrônomo Regional (Casa da Lavoura) são atendidos, em ordem cronológica, correndo as despesas com a remessa por conta do Estado, mas ficando a cargo do comprador os gastos com a devolução do vasilhame, a qual deverá ser feita com a máxima urgência.

Na Sede — Avenida Francisco Matarazzo, 455, telefone .. 62-6077, São Paulo — são atendidas as encomendas do Município da Capital e vizinhos, devendo o interessado trazer o vasilhame; duas latas, bem limpas, de 20 litros de capacidade cada, para transporte de um lote de 50 exemplares, quantidade recomendada para povoamento de área de 3000 m². Tal quantidade é indicada, por não ser possível o reconhecimento do sexo em Tilápias pequenas; assim, em 50 exemplares, fica perfeitamente assegurado o fornecimento de machos e fêmeas. A distribuição é feita utilizando-se alevinos, em vez de peixes jovens ou adultos, para facilidade de transporte.



Fotografia de Tilápia



Comprimento — 38,5 centímetros
 Altura..... — 14 "
 Pêso..... — 1.840 gramas
 Sexo..... — macho
 Idade..... — 3 anos

Cursos Gratuitos de Português, Taquigrafia e Esperanto, por Correspondência

Achan-se abertas as matrículas para os cursos de Português, Esperanto e Taquigrafia, por correspondência do Instituto Nacional de Ensino, órgão sem finalidade econômica e destinado à difusão das mencionadas matérias. Os cursos compõem-se de, respectivamente, 24, 15 e 12 lições, após o que serão conferidos Diplomas aos alunos aprovados em Exame Final, também por correspondência. Os interessados deverão escrever dando nome e endereço para a Caixa Postal 8000, São Paulo — SP.

BIBLIOGRAFIA

SÔBRE A

TILÁPIA

- 1 — AZEVEDO, Pedro de — Aclimação da Tilápia no Brasil. *Chácaras e Quintais*, 92(2): 191-192, 1955.
- 2 — BEZERRA, O.B. — Tilápia; O peixe de que o cabloco do Brasil está precisando. *Chácaras e Quintais*, 91(5): 635, 1955. e *A Lavoura*, 58: 9, mar/abr. 1955.
- 3 — CASTER, Robert — Como iniciar uma criação de Tilápias. *Chácaras e Quintais*, 101(1): 46, 1960.
- 4 — ÊXITO na aclimação das Tilápias em águas paulistas. *Fauna*, 14(4): 48-50, 1955.
- 5 — FABICHAK, Irineu — Falando de Tilápias. *Fauna*, 21(23): 60, 1962.
- 6 — FREITAS, P. — Algo sôbre a criação de Tilápias. *Chácaras e Quintais*, 9898(6): 718, 1958.
- 7 — ——— — Comprando Tilápias. *Chácaras e Quintais*, 104(4): 578, 1961; 105(1): 10, 1962.
- 8 — ——— — Criação de Tilápias. *Chácaras e Quintais*, 99(2): 189, 1959; 102(6): 968, 1960.
- 9 — ——— — Criadores de Tilápias. *Chácaras e Quintais*, 104(2): 326, 1961.
- 10 — ——— — Falando sôbre Tilápias. *Chácaras e Quintais*, 100(5): 779, 1959.
- 11 — ——— — Onde encontrar Tilápias. *Chácaras e Quintais*, 99(2): 189, 1959.
- 12 — ——— — Tilápias para Mato Grosso. *Chácaras e Quintais*, 104(5): 806, 1961.
- 13 — GALLI, Fredmann et alii — Estudo da conservação da Tilápia. *A Rural*, 63(504): 30-31, 1963.
- 14 — GODOY, Manuel Pereira de — Adubação — calagem — Tilápias. *Chácaras e Quintais*, 106(5): 619-621, 1962.
- 15 — ——— — Água servida não presta para Tilápias. *Chácaras e Quintais*, 105(6): 617, 1962.
- 16 — ——— — Tilápias doentes. *Chácaras e Quintais*, 105(6): 617, 1962.
- 17 — ——— — Tilápias em Mato Grosso. *Chácaras e Quintais*, 106(6): 788, 1962.
- 18 — HERMANNY FILHO, Luiz — Opiniões diversas sôbre a Tilápia, o peixe carnívoro. *A Lavoura*, 61: 68, julho/ago. 1958.
- 19 — ——— — A Tilápia — perigoso para os nossos peixes fluviais. *A Lavoura*, 61: 85-87, jan./fev., 1958.
- 20 — LAGO para Tilápias. *Chácaras e Quintais*, 102(4): 613, 1960.
- 21 — MACHADO, Cirilo E. da Mafra. — Tilápia — Diversas consultas sôbre peixe e pesca. *Chácaras e Quintais*, 93(4): 550, abr. 1956.
- 22 — MENEZES, Rui Simões de — Algo sôbre Tilápias. *Chácaras e Quintais*, 99(2): 189-190, 1959.
- 23 — ——— — Esclarecimento sôbre o artigo "A Tilápia, discutido Peixe africano". *Chácaras e Quintais*, 106(5): 613-614, 616, 1962.
- 24 — ——— — Leitor interessado em piscicultura consulta. *Chácaras e Quintais*, 105(1): 106-108, 1962.

- 25 — ——— — Monografia sobre Tilápia. Chácaras e Quintais, 104(4): 564, 1961.
- 26 — ——— — Peixes exóticos — Tilápia e Salmão; vermes transmitidos ao homem pelo Salmão e pela Truta. Caça e Pesca, 17(197) 30, 1957 e Fauna, 16(10): 71, 1957.
- 27 — ——— — Piscicultura da Tilápia na África Equatorial Francesa. Chácaras e Quintais, 104(1): 217-218, 1961.
- 28 — MENEZES, Rui Simões de — Piscicultura da Tilápia no Congo Belga; ensinamentos para o Brasil. A Rural, 38 (448): 16, 1958 e Agricultura e Pecuária, 29(414): 28, 1958.
- 29 — ——— — Piscicultura da Tilápia no Nordeste. A Rural, 41(486): 40, 1961. e Fauna, 21(2): 34-36, 1962.
- 30 — ——— — Segunda relação de artigos sobre a Tilápia. Chácaras e Quintais, 106(6): 797, 1962.
- 31 — ——— — A Tilápia é um peixe carnívoro. A Lavoura, 61: 38, 64, mar-abr., 1958 e A Rural, 38(442): 67, 1958.
- 32 — ——— — Tilápias na Bahia. Chácaras e Quintais, 105(2): 144, 1962.
- 33 — ——— — Tilápia, Tucunaré e Robalo. Chácaras e Quintais, 104(2): 411, 1961.
- 34 — OLIVEIRA e SILVA, S. L. e G. M. de Oliveira e Silva — A criação de Tilápia. A Rural, 40(466): 50-53, 1960.
- 35 — PEIXE Tilápia. Fauna, 15(8): 44, 1956.
- 36 — RECOMENDA-SE seja incrementada a criação de Tilápias em São Paulo. Fauna, 18(7/8): 4-5, 1959. e A Rural, 39(455): 40, 1959.
- 37 — TILÁPIA Africana. Chácaras e Quintais, 94(5): 890, 1956.
- 38 — TILÁPIA — O peixe africano. Chácaras e Quintais, 96(6): 862, 1957.
- 39 — TILÁPIAS de graça. Chácaras e Quintais, 96(5): 596, 1957.
- 40 — TRAVASSOS, Haroldo e Sérgio Ypiranga Pinto — Estudos sobre a família Cichlidae. I. (Perciformes, Actinopterygii). Boletim do Museu Nacional, Nova Série Zoologia, (169): 1-16, dez. 1957.
- 42 — VAROLI, E. — Tilápia para S. Catarina. Chácaras e Quintais, 92(3): 396, 1955.
- 43 — VILHAÇA, Floriano P. — Cuidado com a Tilápia. Fauna, 18(4): 47-48, 1959.
- 44 — WITT, N. H. — Criação de Tilápias. Chácaras e Quintais, 102(4): 690, 1960.
- 45 — ——— — Observações sobre a Tilápia melanopleura, o peixe das mil maravilhas! Chácaras e Quintais, 95(1): 45, 1957.
- 46 — ——— — Tilápia e Acará. Chácaras e Quintais, 102(4): 690, 1960.
- 47 — ——— — Tilápia é um quebra-cabeça... Eis a solução (resolvendo com paciência e tenacidade o problema da criação deste peixe lucrativo. Chácaras e Quintais, 101(4): 436-438, 1960.
- 48 — VAZ, J. O. e W. B. Parreira — A Tilápia. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1962. 11 p. (Série de Vulgarização. Piscicultura n.º 1).

Fontes consultadas:

- Bibliografia Brasileira de Zoologia: 1950/55; 1956/58
 Boletim do Museu Nacional. Zoologia: 1953-1962
 Boletim do Museu Paraense "Emílio Goeldi". Zoologia: 1957-1961
 Caça e Pesca: 1957-1963
 Fauna: 1953-1963
 Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — SIC
 A Lavoura: 1953-1962
 A Rural: 1957-1963.

Nota: Todos os itens na bibliografia poderão ser encontrados na Biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura.

BIFURAN ELIMINA A COCCIDIOSE

E GARANTE MAIOR CONVERSÃO

Ao mesmo tempo que combate a coccidiose e imuniza as aves contra a pulorose e outras doenças, BIFURAN converte ração em carne. Não é tóxico.

não é conversa:
é conversão!

Exija rações preventivas
com **BIFURAN**



Fabricado pelos

LABORATÓRIOS
Rua Figueira de Melo, 406



DO BRASIL LTDA.
Rio de Janeiro — GB.

Distribuidores exclusivos
COMPANHIA INDUSTRIAL FARMACÊUTICA
Caixa Postal, 3786 - Rio de Janeiro - GB

Garanta a Alimentação dos Animais Construindo Silos - Trincheira

Alimentar o gado nas épocas difíceis do ano, sem deixar que ele sofra e diminua a produção, é um dos maiores problemas do agricultor.

Esta situação poderá ser mudada facilmente com o uso do pasto verde conservado por uma fermentação natural, conhecido por silagem.

E por que se deve usar a silagem?

Em geral, durante todo o inverno, se nota uma grande queda de produção nos animais. Além disso os animais ficam desnutridos, com perigo, às vezes, da própria vida.

Isto acontece porque as pastagens não produzem o suficiente, nesse período, e o clima é muito rigoroso, exigindo daí, farta alimentação, para compensar o desgaste físico, que o animal enfrenta com o rigor do clima.

É preciso, por isso, ter uma reserva para a alimentação normal do rebanho, durante essa época. A melhor maneira de ter essa reserva é o preparo da silagem.

A silagem não é só uma reserva, mas um grande alimento que, combinado com o feno e o pasto verde de

inverno, produz uma ótima ração que em muito faz aumentar a produção.

Também devemos nos lembrar que para o pequeno agricultor é muito difícil possuir grandes áreas de pastagens, e só a silagem pode suplementar estas pastagens, permitindo ainda o aproveitamento de alimentos como o milho, impossíveis de feno, em épocas de necessidade.

Com um hectare de milho verde, o agricultor poderá ter até 20 toneladas de boa silagem. O suficiente para alimentar 20 vacas durante 4 meses.

Por que produzir silagem com silo-trincheira?

O silo-trincheira é o modo mais simples e barato de produzir a silagem. O próprio agricultor pode, facilmente, construir o seu. Quase todo o material necessário à construção do silo, o interessado tem na sua propriedade.

É muito simples encontrar um local favorável à construção, de preferência, perto do estábulo. O silo-trincheira nada mais é do que uma vala funda e comprida aberta num barranco ou encosta de qualquer inclinação do terreno. Esta vala

deverá ter as paredes inclinadas para evitar desmoronamento, e mesmo para permitir perfeita compressão da silagem, a fim de evitar a infiltração de ar. Conforme se vê, os gastos são muito menores do que se teria com outros tipos de silos. Além disso, o manejo é mais prático, diminuindo em muito o trabalho para alimentar o gado.

Como no nosso Estado chove muito o silo deve ser revestido com tijolos ou lajes a fim de evitar a penetração da água. O ar e a umidade são os maiores inimigos da silagem. A cobertura do silo é feita com a própria terra do buraco. Podemos ainda colocar uma cobertura rústica, para aumentar a proteção, contra as chuvas.

A boca do silo-trincheira tem de ser fechada com tábuas, até que a silagem esteja pronta para o uso.

Como fazer para construir um silo-trincheira?

Procure o técnico mais próximo (ASCAR, Secretaria da Agricultura). Ele lhe fornecerá, gratuitamente, todas as informações necessárias à construção de um bom silo-trincheira. (ASCAR).

Por ocasião da passagem a 13 de março último do 43.º aniversário do seu ingresso na SNA, diretores e funcionários da entidade prestaram ao Secretário Geral expressiva homenagem. Falou na ocasião o Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente da Sociedade.



Homenageado o Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura

Ao completar 43 anos de bons serviços prestados à Sociedade Nacional de Agricultura, foi homenageado pelos seus companheiros de trabalho o Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da entidade e Diretor da Escola de Horticultura Wenceslao Bello.

A essa justa e merecida homenagem associou-se a diretoria de Sociedades Naevonal de Agricultura.

Usou da palavra em nome dos funcionários, o Prof. Ge-

raldo Goulart da Silveira que salientou o trabalho que o homenageado vem prestando a entidade, partilhando de seus dias felizes e de suas dificuldades, dando sempre o melhor de seus esforços em todos os setores onde tem atuado, conduzindo-a sempre por um caminho de progresso.

Em nome da diretoria o Presidente Dr. Luiz Simões Lopes congratulou-se com o homenageado dizendo da satisfação com que todos, funcionários e

diretores, comemoravam a data.

Lembrou o Dr. Luiz Simões Lopes que o homenageado durante êsses quarenta e três anos vinha servindo sempre com dedicação e entusiasmo à tradicional entidade, de tal forma que conhece, em seus mínimos detalhes toda a sua história, todos os seus problemas e todos os seus desejos de bem servir ao país.

A seguir foi oferecido um coquetel ao homenageado e amigos e admiradores presentes ao ato.

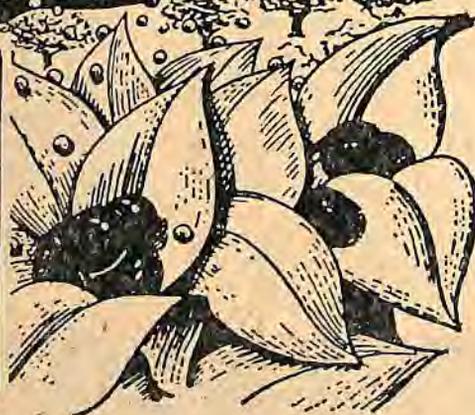


Dentre as pessoas presentes à homenagem com que diretores e funcionários da SNA assinalaram os 43.º anos de ininterruptos serviços do Sr. Luiz Marques Poliano à SNA., vemos o Professor Heitor Grillo, na ocasião cumprimentando o homenageado.



É MAIS LUCRATIVO MULTIPLICAR A PRODUÇÃO DE 1 ALQUEIRE COM BOM ADUBO, QUE PLANTAR TRATAR E COLHER 3 ALQUEIRES- POIS SÓ A ECONOMIA DE BRAÇOS COMPENSA FARTAMENTE O SALITRE DO CHILE É UM ADUBO NATURAL QUE REFORÇA A PRODUTIVIDADE DO SOLO EXPERIMENTE-O!

SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE.



CADAL CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS

AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE

PARA OS ESTADOS DA GUANABARA, DO RIO E ESPÍRITO SANTO

RUA MÉXICO, 111 - 12.º AND. (SEDE PRÓPRIA)

TEL. 31-1850 - rede interna



SANTANA

DO DESERTO

A pedido do Prefeito de Santana do Deserto (M. G.) Sr. Dr. José de Albuquerque Lins, o Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, Sr. Luiz Marques Poliano, organizou o brasão de armas para aquele novo Município, o qual ilustra esta nota.

É a seguinte a descrição daquêles trabalho heráldico:

De ouro, com um touro de vermelho; chefe de azul, com três estrêlas de seis pontas, de prata. Coroa mural, de ouro" de quatro torres, apoiada em dois ramos de café atados e frutados, tudo na sua côr. Listel de azul com o nome do Município, o número e a data da lei que o criou, em ouro.

JUSTIFICAÇÃO

No campo, o touro de raça leiteira representa a principal atividade rural do Município: a pecuária de latifúndios. No chefe, as três estrêlas de prata simbolizam a antiga Comarca de Barbacena e os distritos de Juiz de Fora e Matias Barbosa, dos quais, sucessivamente foi desmembrado, aí figurando como lembrança dessa evolução da divisão territorial e administrativa de que resultou Santana do Deserto; a corôa mural de quatro torres, de ouro, representa a Cidade; o apoio, os dois ramos de café, correspondem à tradição agrícola

da região, outrora dedicada à cultura cafeeira.

Os metais e côres principais do brasão simbolizam: o ouro, a fôrça a riqueza, a autoridade, a preeminência, a prata, a esperança, o vermelho, a caridade, a benignidade; por fim, o azul, a justiça, a abundância.

Aprovado pela Câmara Municipal, o respectivo Presidente dirigiu ao autor o ofício que transcrevemos:

Tenho a grata satisfação de trazer ao conhecimento V. Sa. que no ensêjo de aprovação do projeto de lei de iniciativa do eminente Prefeito Dr. José Albuquerque Lins, que cria o Brasão de Armas do Município de Santana do Deserto, esta Câ-

Um Encontro de

Cooperativismo

Helly Sylvia R. de Souza

O sistema cooperativista, abrangendo diversos setores da atividade humana, vem obtendo grande progresso em nosso país. É de há muito que, os militantes do movimento quer os técnicos ou aqueles que à sua prática se dedicam, sentem necessidade de concretizar a idéia da realização do "II Congresso Brasileiro de Cooperativismo", no intuito de debater temas de grande importância e, estabele-

para aprovou, por unanimidade, a proposta do vereador Sr. Luiz Monteiro Carneiro, mandando constar na ata dos trabalhos um voto de louvor a V. Sa., voto esse que bem traduz a admiração e o reconhecimento do Legislativo deste Município, pela gentileza que tivestes executando o belo trabalho que já é hoje o Brasão de Armas do Município de Santana do Deserto.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Sa. os protestos de minha admiração e respeito.

Também o Prefeito Albuquerque Lins, oficiou ao autor do trabalho nos termos que se seguem:

Em nome desta Prefeitura e no meu pessoalmente, louvo o magnífico trabalho de V. Sa., idealizando e mandando executar o Brasão de Armas de Santana do Deserto, o que traduz o espírito, criador e os profundos conhecimentos de Heráldica de V. Sa.,

Agradecendo tão valiosa colaboração subscrevo-me e com alta consideração e real estima.

cer normas de profunda utilidade. Fatores adversos, como a escassez de verbas, impediram sempre ao Serviço de Economia Rural, a realização desse conclave tão imperiosamente necessário. Dado porém a premissa, cada vez mais acentuada, daquela reunião partiu o SER para um "Encontro", de 3 dias realizado de 17 a 19 de dezembro último no Rio de Janeiro, do qual participaram quase todos Estados da União, os Secretários de Agricultura de S. Paulo e da Bahia, o Secretário de Finanças da Paraíba, o Presidente do Centro Nacional de Estudos Cooperativos e inúmeros representantes credenciados de diversas cooperativas.

Com toda sorte de dificuldades defrontou-se o "Encontro Técnico de Cooperativismo" para sua realização e, lamentavelmente, não faltaram até campanhas visando sabotar a união e o comparecimento das representações estaduais à Guanabara. Vencidos tais embaraços, o que se resultou daquele "Encontro", deu-lhe a feição de um verdadeiro congresso. Nem mesmo o limitado espaço de tempo impediu que ali fossem tratados assuntos de veras significativos e de suma objetividade para o cooperativismo brasileiro permitindo, outrossim, a fixação para o próximo ano de 1963, do esperado "II Congresso Brasileiro" j; prévia e substancialmente enriquecido de útil material de estudo.

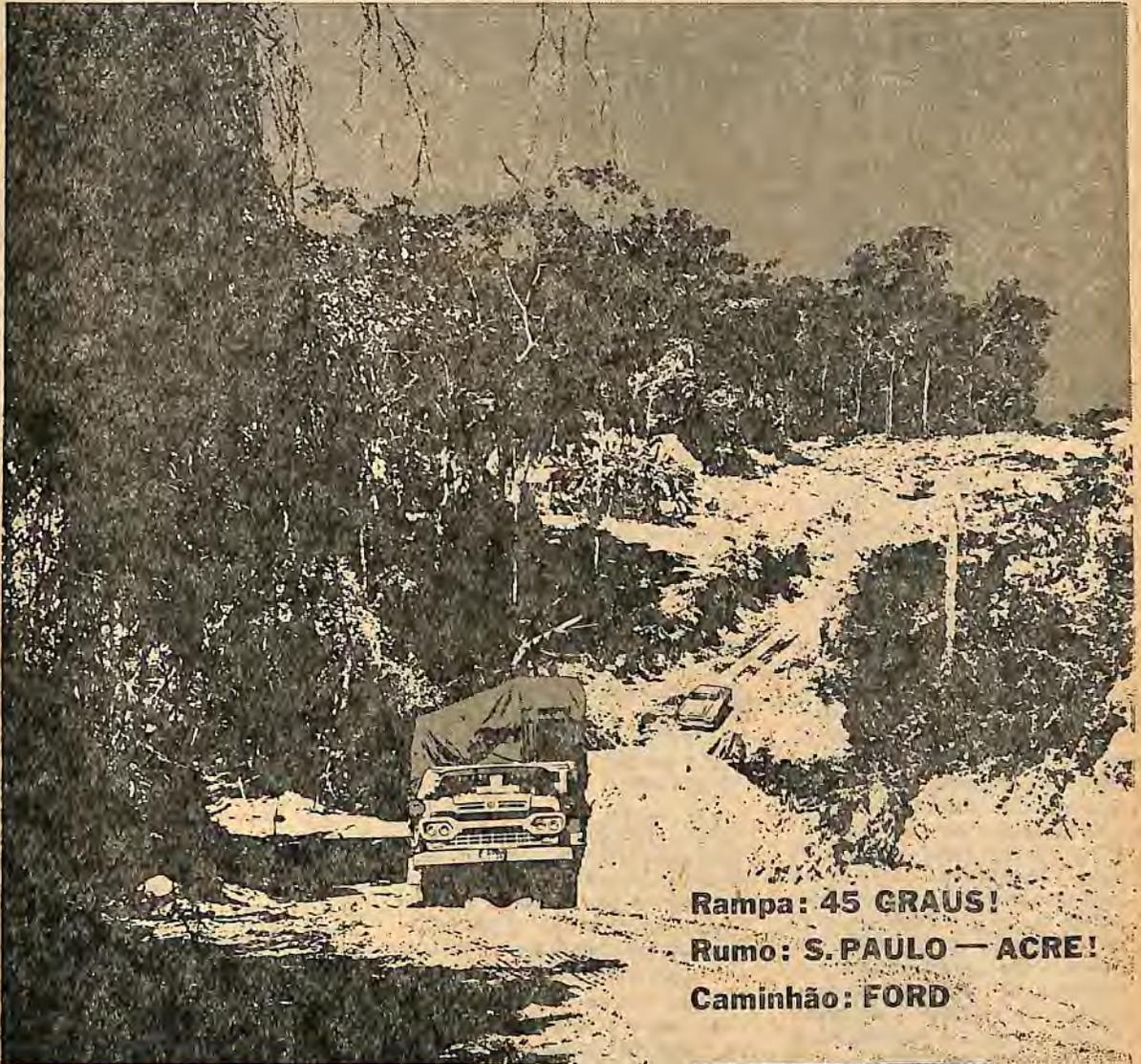
No "Encontro", foram debatidos os seguintes temas: — a) aparelhamento dos órgãos assistenciais de cooperativismo; b) atualização da legislação; c) padronização de modelo e documentos administrativos e

contábeis; d) lançamento das bases para o II Congresso Brasileiro de Cooperativismo; e) utilização do sistema em novos setores econômicos — sociais, especialmente no habitacional e de eletrificação; f) amparo às exportações pelas cooperativas; g) fomento e facilidades para as importações; h) intercâmbio cooperativo mundial; i) levantamento e avaliação do cooperativismo nacional; j) planos de atuação futura e assunto de interesse geral do movimento.

Na atualização da legislação, parte que nos coube, como asesor técnico do SER ao item "b" do temário, foi acentuada a necessidade de várias modificações na matéria e as quais, há muito, nós os cooperativistas, temos como indispensáveis. E, assim, inúmeras foram também as teses apresentadas por todos os componentes dos demais grupos.

Ao encerramento dos trabalhos receberam os participantes do "Encontro Técnico de Cooperativismo", mensagem especial do Senhor Presidente da República que expressando seus votos de pleno êxito à reunião, assim a terminou: — "necessitamos de pronunciamentos técnicos democraticamente formulados, como ora este que se realiza no Ministério da Agricultura, para conduzir o Brasil aos seus altos destinos cabendo ao cooperativismo papel saliente nessa magna tarefa.

Estão pois de parabéns os cooperativistas brasileiros — Há esperanças de melhores dias e, especialmente, de melhor compreensão para o nosso trabalho anônimo, árduo, mas unido como assim determinam os altos postulados da doutrina de Rochdale, Voltaremos ao assunto.



Rampa: 45 GRAUS!
Rumo: S. PAULO — ACRE!
Caminhão: FORD

Antecipando-se à conclusão da BR-230, a caravana Ford percorreu todo o seu leito-piloto, travando contato direto com as gigantescas dificuldades com que se defronta a heróica engenharia brasileira, na conquista da selva virgem.

O objetivo era estabelecer a primeira ligação rodoviária entre São Paulo e o Acre. Distância: 4.150 km. Problema fundamental: caminhos rústicos na maior parte do trecho amazônico; obstáculos de toda espécie no restante do percurso. Solução: caminhões Ford, naturalmente.



SUPER FORD



Ford é uma marca registrada da Ford Motor Co. do Brasil S.A.

III CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA

Eng. Agr. Geraldo Goulart
da Silveira
Redator Técnico de "A
Lavoura"

Após vinte e cinco anos de intervalo, voltou a reunir-se a classe agrônômica na Universidade Rural do Brasil, através do III Congresso Brasileiro de Agronomia, que alcançou, indiscutivelmente, completo êxito.

Cumprе ressaltar que, durante tão longo período não esteve a classe agrônômica brasileira omissa aos problemas da agronomia nacional e de sua própria classe.

Sempre estiveram os agrônomos brasileiros no campo e em seus laboratórios de trabalho, atentos e vigilantes aos problemas do ensino, da pesquisa, da experimentação e da extensão, com o pensamento voltado para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária do país.

Por outro lado, através de suas associações de classe, tiveram sempre os nossos agrônomos a atenção voltada para os problemas profissionais, em defesa das prerrogativas do exercício da profissão no país.

Digno de registro é, assinalar-se que os nossos técnicos escolheram para a realização do Congresso a data em que as tradicionais Escola Nacional de Agronomia e Escola Nacional de Veterinária, comemoram o cinquentenário de sua fundação.

A Sociedade Nacional de Agricultura, sempre atenta aos problemas da agricultura no país acompanhou, com todo interesse, os trabalhos do Congresso, através de uma delegação de técnicos integrada pelos Professores Geraldo Goulart da Silveira, Frederico Martinho Braga, Heitor Vinicius da Silveira Grilo e Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, que atuando no seio das Comissões Técnicas e nas sessões plenárias levaram a contribuição de experiências e do trabalho da tradicional entidade.

Na sessão solene comemorativa do cinquentenário da fundação das Escolas de Agronomia e de Veterinária que hoje integram a Universidade Rural do Brasil, usou da palavra, em nome da S.N.A., o professor Geraldo Goulart da Silveira que disse da satisfação a entidade que se encontrava naquele momento, ainda mais que, um de seus mais destacados presidentes, — o saudoso Prof. Arthur Tórres Filho —, fôra um dos mais estimados e respeitados professores da Escola Nacional de Agronomia e ocupara, numa época difícil, o elevado cargo de Reitor da Universidade Rural do Brasil.

Na sessão de encerramento, usou novamente da palavra o representante de S.N.A. para congratular-se com os técnicos brasileiros pelo êxito da reunião onde, com elevação e patriotismo, foram debatidos problemas da mais alta relevância.

Para que se tenha uma idéia dos assuntos debatidos durante o Congresso transcrevemos adiante as recomendações e conclusões dos estudos realizados com relação à formação profissional, à pesquisa agrônômica, à extensão rural, a regulamentação, organização e defesa da produção e, finalmente, ao magno problema de reforma agrária.

Com relação ao último item, convém destacar a objetividade e ponderação das recomendações aprovadas.

Realmente, não se pode pensar em reforma agrária sem a participação de técnico a produção, que é o agrônomo.

Muito se tem falado sobre reforma agrária e, principalmente, muita demagogia se tem feito com relação a tão palpitante problema.

O pronunciamento do III Congresso Brasileiro de Agronomia precisa e deve merecer a atenção de todos quanto se preocupam com o problema da reforma agrária, pois o equaciona de maneira correta, dentro da realidade nacional.

Foram as seguintes as conclusões e recomendações da oportuna reunião dos técnicos brasileiros:

I — FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- 1 — É imprescindível incrementar a formação de engenheiros agrônomos.
- 2 — Necessário se torna aumentar o número e o valor das bolsas de estudo dos alunos das Escolas de Agronomia.
- 3 — Que sejam concedidos os meios necessários às atuais Escolas de Agronomia do Brasil para o seu completo aparelhamento e máximo rendimento didático e de pesquisas e que só seja permitida a instalação de novas Escolas de Agronomia quando enquadradas em plano nacional de ensino agrônômico, devidamente providas de recursos humanos e, materiais imprescindíveis à plena eficiência e real objetividade do ensino.
- 4 — Recomendar às Escolas de Agronomia do Brasil a criação da Disciplina de Sociologia Rural.
- 5 — Recomendar a criação de cursos de especialização ou de pós-graduação em Meteorologia, nas Escolas de Agronomia do Brasil.
- 6 — Os Congressistas participantes se manifestaram favoráveis ao Curso de Engenharia Agrônômica em 4 anos de duração, com diversificação do currículo.
- 7 — Dirigir apêlo aos Poderes Legislativo e Executivo do País, no sentido de que o Projeto 3805, que se encontra na Câmara dos Deputados e que se relaciona com a federalização da Escola Superior de Agricultura de Lavras, tenha tramitação urgente.



torquezes BURDIZZO e seringas TEXAS

**Indispensáveis
a qualquer criador.**

Com os legítimos torquezes BURDIZZO italianos a operação de castrar é muito mais segura e eficiente, não produzindo hemorragias nem feridas nos animais, evitando bicheiras ou infecções.

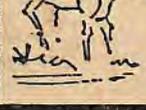
As seringas veterinárias TEXAS, são confeccionadas com matéria prima de grande resistência com micrométrica precisão, e com tubos de vidro de grossa calibre. Isto é garantia de longa durabilidade e perfeitas injeções.

Com as seringas TEXAS e os torquezes BURDIZZO, você assegura a qualidade e a vitalidade do rebanho.

Distribuído por

**Herman Josias s.a.
indústria e comércio**

Caixa Postal. 3493 Rio de Janeiro - GB.



- 8 — Seja encaminhada à SEAV apêlo no sentido de ser mantido nas Escolas Agrícolas de nível médio do País, curso de formação de Professôres para artífices, bem como oficinas tipicamente rurais necessárias a êsse fim.
 - 9 — Que se incentive por todos os meios ao alcance do Governo a formação e o aperfeiçoamento de pessoal técnico especializado em irrigação e drenagem.
 - 10 — Que as Escolas de Agromia, em particular, façam o possível para proporcionar aos estudantes e demais interessados, cursos regulares de extensão e intensivos de alto nível sobre irrigação, drenagem e assuntos correlatos.
 - 11 — Seja recomendado ao Ministério da Agricultura e à SUPRA a organização de uma fundação destinada ao fomento do ensino agrícola nos níveis elementar e médio, visando principalmente difundir escolas práticas de agricultura isoladas e departamentos de agricultura vocacional nos estabelecimentos de ensino secundário do interior do Brasil.
 - 12 — Solicitar ao Parlamento Nacional a rápida tramitação do Projeto de autoria do Deputado José Bonifácio (UDN-MG) que oficializa a profissão de Bacharel em Ciências Domésticas.
 - 13 — Apelar às Universidades Rural do Brasil, Rural de Minas Gerais e à Escola Superior de Ciências Domésticas, de Pelotas, no sentido de que as direções das mesmas acompanhem com interesse o andamento do Projeto, no Congresso Nacional, que oficializa a profissão de Bacharel em Ciências Domésticas.
- III — PESQUISA AGRONÔMICA**
- 14 — Reorganização da pesquisa, no Ministério da Agricultura, em bases universitárias.
 - 15 — A implantação do regime universitário, paulatinamente, a começar pelas instituições localizadas no km 47, da antiga Rodovia Rio-São Paulo.
 - 16 — Imediata remessa, pelo Ministério da Agricultura ao Congresso Nacional, de projeto de lei estabelecido:
 - a - fusão de tôdas as instituições existentes no km 47 da antiga rodovia Rio-S. Paulo (I. P.E.A.C.S., Horto Florestal de Santa Cruz, Pôsto de Meteorologia e Pôsto de Piscicultura) com a Universidade Rural do Brasil;
 - b - restabelecimento, na Universidade Rural do Brasil, dos Institutos tradicionais de Biologia Animal, Ecologia e Experimentação Agrícolas e de Zootecnia;
 - c - medidas indispensáveis à perfeita implantação do regime universitário do conjunto (destino de órgãos auxiliares, patrimônio, recurso para reorganização, etc).
 - 17 — Criação no Ministério da Agricultura do Conselho Federal de Pesquisas Agronômicas.
 - 18 — Que se proporcione às instituições de experimentação e pesquisas agronômicas, recursos suficientes para que possam realmente cumprir suas finalidades.
 - 19 — Instalação e manutenção adequada do maior número possível de Estações Experimentais nos grandes centros, produtores interioranos que constituem zonas ecológicas definidas.
 - 20 — Que seja ampliada a realização de trabalhos experimentais de comprovação em Fazendas particulares, com a colaboração dos seus proprietários.
 - 21 — Recomendar ao Governo Federal, aos Governos Estaduais e demais entidades responsáveis por Pesquisas e Extensão especial ênfase e primazia de recursos materiais e humanos a projetos sobre produção animal que se referem aos assuntos: Agrostologia; Métodos de manêjo; Equipamentos e construção.

Kó-Kó-Kó-Kó

CORIZA

GOSMA

E GOGO



MODO DE USAR

Aves adultas: de 2 a 3 colheres de sopa no bebedouro como preventivo — Para aves pequenas a metade da dose. — Nos casos mais graves aplique diretamente no bico uma colher de café, de Kó-Kó-Kó-Kó — Registrado no DDSA 6929/58

PAULO STEFANINI

Indústria de Produtos Agro-Pecuários

RUA BARÃO DE PETRÓPOLIS, 304

TELEFONE: 34-7367

RIO DE JANEIRO — ESTADO DA GUANABARA

22 — Que não se permita o fomento indiscriminado de irrigação sem seguras bases experimentais; e, portanto, se incentive a pesquisa referente aos problemas e assuntos correlatos.

III — EXTENSÃO RURAL

23 — Que sejam mantidos a natureza de entidade privada e os métodos operacionais da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural e das Associações Estaduais a elas filiadas, de modo a que possam continuar desenvolvendo suas atividades como até o momento

24 — Que o Congresso Nacional e o Poder Executivo atribuam em caráter permanente, ao sistema ABCAR recursos suficientes para que mantenha e expanda suas atividades.

25 — Que os Poderes Executivo e Legislativo estaduais em caráter permanente, assegurem às respectivas Associações filiadas à ABCAR recursos suficientes para manutenção e expansão.

IV — REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

26 — Enviar comunicação ao Presidente do Senado Federal expressando integral apoio ao substitutivo que será apresentado ao Senador Eurico Rezende pelos representantes da Confederação de Engenheiros, Institutos de Arquitetos e Sociedade de Agrônomos referente ao projeto 23/63 que regulamenta a profissão agrônoma e se encontra em tramitação naquela Casa do Congresso.

V — ORGANIZAÇÃO E DEFESA DA PROFISSÃO

27 — Propor à Sociedade Brasileira de Agronomia alteração em seu estatuto no sentido de congregar as entidades estaduais da classe agrônoma.

28 — Que as entidades estaduais, se organizem de modo a melhor entrosar suas ações com a Sociedade Brasileira de Agronomia.

29 — Que todos os engenheiros agrônomos se filiem às Sociedades de classe e colaborem efetivamente em suas decisões.

30 — Que todos os engenheiros agrônomos se inscrevam nos CREAs regionais para maior participação nas respectivas resoluções.

31 — Que se fundem associações de ex-alunos, para funcionarem como órgãos animadores da melhoria do padrão de estudo em suas Escolas e estimular a união da classe.

32 — Oficiar ao Presidente da República solicitando que, no ante-projeto de aumento dos militares ou revisão de seu código de vencimentos a ser enviado ao Congresso Nacional em breve, não seja quebrada a paridade entre civis e militares, ampliando-se para isso, as faixas de níveis de enquadramento dos profissionais de nível universitário.

33 — Solicitar ao Presidente da República e ao Ministro da Agricultura que a ocupação do cargo de Secretário Geral do Ministério da Agricultura seja definida como privativa de Engenheiro Agrônomo e Médico Veterinário.

34 — Recomendar ao Ministro da Agricultura que os cargos de direção, eminentemente técnicos, no Ministério da Agricultura, em suas autarquias e em órgãos resultantes de acordos internacionais para a agricultura, tenham o seu preenchimento feito por engenheiros agrônomos, obedecendo a regulamentação da profissão agrônoma.

35 — Solicitar aos Ministros da Agricultura, das Relações Exteriores e da Reforma Administrativa que incluam no programa de Reforma Administrativa a criação de cargos isolados de Aíditos Agrícolas, em Quadro Próprio, devendo ser preenchidos por Engenheiros Agrônomos.

36 — Recomendar ao Governo Federal e ao Congresso Nacional a adoção de novo critério de fixação da gratificação de nível universitário com base na carga horária total de trabalhos teóricos e práticos do curso de formação.

47 — Solicitar que as organizações de classe (Sociedade Brasileira de Agronomia, Confederação Rural Brasileira, Sociedades Estaduais de Agronomia etc), façam gestões junto ao Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste a fim de que atribuam aos Engenheiros Agrônomos neles empregados funções comparáveis com os cursos universitários que possuem.

38 — Que sejam concedidos aos Engenheiros Agrônomos, quando servindo em unidades das forças armadas, direitos e vantagens da patente de capitão para cargos iniciais com acréscimos correspondentes às patentes superiores para os cargos de níveis salariais mais altos.

VI — REFORMA AGRÁRIA

39 — Que seja reformada a estrutura administrativa dos órgãos ligados à agricultura nos setores Federal, Estaduais, Municipais e Privados, a fim de que passem a atuar de acordo com um planejamento global e racional.

40 — Que seja estruturado e reorganizado o sistema educacional a fim de que o preceito estipulado no Capítulo II — Artigo 167 e 168 da Constituição Federal vigore de fato, promovendo-se a alfabetização e a educação de todos através de:

- a - adaptação do ensino às condições do meio rural;
- b - criação e dinamização de clubes e associações aerícolas para jovens;
- c - estímulo ao ensino vocacional e artesanal rural;
- d - ampliação da rede de escolas agrícolas de níveis elementar e médio.

- 41 — Taxação progressiva ou regressiva das terras agrícolas segundo seu mau ou bom uso, respectivamente.
- 42 — Reforma legislativa objetivando:
- a - Corrigir, e se for o caso, eliminar, os loteamentos atualmente existentes nas zonas rurais, disciplinando urbanisticamente os futuros, de acordo com as reais necessidades dos centros populacionais;
- b - Modificar o Código Civil no capítulo referente à sucessão universal, no sentido de evitar o minifúndio.
- 43 — Proporcionar o acesso à terra própria mediante trabalho de colonização e povoamento orientado, feito através dos órgãos governamentais competentes e de organizações particulares idôneas devidamente financiadas e fiscalizadas, em glebas:
- a - de terras devolutas;
- b - de terras desapropriadas por interesse social.
- 44 — Que aos recursos orçamentários normalmente consignados aos planos de colonização se venha juntar a arrecadação do imposto territorial rural, que deve ser vinculado a qualquer programa de Reforma Agrária.
- 45 — Incentivo à prática do sadio cooperativismo entre os produtores rurais.
- 46 — Aparelhamento e racionalização do sistema de armazéns e silos.
- 47 — Elaboração dos planos de produção agropecuários com base na garantia dos preços mínimos e da colocação nos mercados consumidores.
- 48 — Planejamento e aproveitamento industrial da produção vegetal e animal.
- 49 — Reforma da estrutura bancária para que cumpra realmente sua função econômica social no meio rural.
- 50 — Disciplinação do uso da terra, através de leis adequadas, de âmbito fiscal, econômico e técnico, promovendo-se o zoneamento da produção e o crédito educativo além da assistência técnica, para que o cultivo seja feito de acordo com as condições da gleba e o interesse nacional.
- 51 — Assistência social e médico-hospitalar adequada ao habitante da zona rural.
- 52 — Inclusão obrigatória do Engenheiro Agrônomo em todas as comissões e órgãos que cuidem da reforma da estrutura agrária.
- 53 — Aplicação da legislação trabalhista específica para os trabalhadores rurais.
- 54 — Campanha de âmbito nacional no sentido de se implantar uma mentalidade de produtividade.
- 55 — Promoção por todos os meios da perfeita articulação dos órgãos e classes ligados à agricultura, para a mais urgente aplicação das medidas de reforma agrária, aqui apontadas, como prévia verificação da necessidade da emenda do art. 141 da Constituição da República.
- 56 — Recomendar às associações regionais da classe agrônoma que promovam reuniões para debater problemas atinentes à Reforma Agrária.
- VII — DIVERSOS
- 57 — Que seja considerado 12 de outubro, como Dia do Engenheiro Agrônomo.
- 58 — Que se crie um órgão de Engenharia Rural dentro do Ministério da Agricultura, capaz de orientar, coordenar e fiscalizar as atividades correlacionadas.
- 59 — Recomendar que o Governo Federal, através dos seus órgãos de financiamento, inclua entre as exigências na concessão de crédito para a aquisição de tratores, implementos agrícolas e equipamentos destinados à irrigação a apresentação de laudo técnico assinado por um engenheiro agrônomo.
- 60 — Que o Ministério da Agricultura promova urgentemente a padronização dos resíduos industriais utilizados no fabrico de rações para animais.
- 61 — Recomendar às entidades que executam registro genealógico e controle leiteiro que aceitem participação mais efetiva dos órgãos oficiais na execução dos seus trabalhos.
- 62 — Recomendar aos Estabelecimentos oficiais de crédito que, desde que devidamente sancionado por órgãos técnicos, seja dada prioridade na concessão de empréstimos pecuários, a projetos de formação, adubação, divisão e manejo de pastagens; formação e conservação de reservas forrageiras; aquisição de equipamentos básicos; melhoria das construções necessárias à um manejo adequado.
- 63 — Encaminhar à SUPRA sugestão no sentido de que, seja dada preferência ao Engenheiro Agrônomo na concorrência para aquisição de lotes cassados no Núcleo Colonial de Santa Cruz e em outros, quando em igualdade de condições.
- 64 — Encarecer ao Ministério da Agricultura apoio às Forças Armadas e especialmente ao Exército, no sentido de sediar Engenheiros Agrônomos nas localidades onde existam núcleos militares de fronteira e de povoamento, a fim de facilitar o abastecimento das populações civis e militares locais e zonais.
- 65 — Seja solicitada à imprensa falada e escrita do País integral apoio para uma campanha visando despertar na consciência nacional o interesse pelos problemas rurais.
- 66 — Que o IV Congresso Brasileiro de Agronomia seja realizado em julho de 1965, em Belo Horizonte.

Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"

A propósito do Relatório apresentado pelo Diretor Luiz Marques Poliano, do Exercício de 1962, a Comissão composta dos Srs Otto Frensel, relator, Júlio Cesar Covello e Frederico Murtinho Braga, apresentou o seguinte:

PARECER:

"Embora o dinamismo e a persistência de Luiz Marques Poliano, não fôsem novidade alguma para mim, ciente e convicto dessas suas elevadas qualidades, durante êstes mais de trinta anos de excelentes relações, ao terminar a leitura dêste seu tão bem fundamentado e documentado Relatório, fiquei francamente atordoado, pois, sinceramente, por muito que esperasse da atividade de Luiz Marques Poliano, não esperava que fizesse tanto e tão bem em tão curto espaço de tempo, sem prejuízo de suas demais atividades, como Secretário Geral de nossa benemérita Sociedade Nacional de Agricultura.

Tencionei escrever uma crítica e não um elogio, mas que mais poderia eu fazer, diante de tudo que li e vi tão bem documentado? Faço minhas as palavras de Luiz Marques Poliano na introdução dêste seu notável trabalho ao se referir a falhas anteriores, dizendo não ter o propósito de fazer críticas a outras administrações. Assim me expressei por estar bem lembrado de prolongada visita a nossa Escola, antes de Luiz Marques Poliano assumir a sua Direção, recordando vivamente as condições em que se encontrava então êste nosso tão precioso patrimônio.

Se são dignos do maior destaque e elogio os tremendos serviços de recuperação, levados a efeito por Luiz Marques Poliano, num esforço que lembra os trabalhos de Hércules. Mais importante ainda são os serviços de ensino que se realizam em nessa Escola e cuja imensa importância para a produção nacional somente aqueles que dedicaram sua vida a êsse setor



Poclga n.º 2. Reconstruída em 1962.



Conjunto Residencial de Empregados

“Eu sou a Fome”

A semana de 21 do corrente será dedicada em todo o mundo a uma reativação da consciência coletiva para um problema que — repetindo as palavras do Diretor-Geral da FAO, Dr. Binay Ranjan Sen — representa para a civilização contemporânea “um perigo maior do que o de uma possível guerra atômica”. Estes dias, durante os quais funcionários governamentais farão declarações, instituições culturais e científicas promoverão debates e quando serão emitidos selos de correio alusivos ao problema e realizadas exposições, serão conhecidos nos 109 Estados-Membros da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas como a “Semana Mundial de Luta Contra a Fome”. Suas finalidades, finalmente situam-se dentro do quadro geral da Campa-

básico nacional, podem avaliar devidamente.

Os trabalhos recuperados e realizações, devem ser mantidos, os trabalhos em curso completados e as necessidades assinaladas atendidas dentro do menor prazo possível, fazendo-se todos os esforços possíveis para a obtenção dos meios necessários. É certo que estamos atravessando uma época difícil, mas é justamente nestes momentos que se deve enfrentar com decisão e objetividade as dificuldades, vencendo-as. Este trabalho cabe a Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, correndo assim em apoio e auxílio do Diretor da Escola de Horticultura “Wenceslão Bello”.

Luz Marques Pollano merece, pois, a gratidão, não só da Sociedade Nacional de Agricultura, mas também da Produção Nacional e, justamente com ele, todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a recuperação e realização dos trabalhos relacionados neste esplanado e clavo Relatório!

inha Mundial Contra a Fome, da FAO, que fará realizar, de 4 a 13 de junho próximo, em Washington, um Congresso Mundial de Alimentação.

A propósito da realização da Semana, o Dr. Howard L. Trueman, Secretário do Comitê Nacional Canadense da Campanha, preparou a dramática exortação que passamos a transcrever, e que deveria estar nas páginas de todos os órgãos de imprensa, nas mesas de todos os governantes e homens de empresa, nas paredes de todas as escolas, diante dos olhos, enfim, de todos os homens e mulheres de boa vontade, sensibilidade e compreensão do mundo inteiro.

“A fome chegou a adquirir em nossos dias um significado muito mais amplo do que a angústia temporária por falta de alimento. A fome crônica a fome crítica e a desnutrição já não podem ser descritas simplesmente em termos patológicos, clínicos ou estatísticos. Elas devem ser agora descritas em termos que, assim como a palavra guerra, transmitam à mente do homem a noção da miséria humana, da monstruosa injustiça social e do perigo que estes males representam para a civilização. Este espírito maléfico que ronda o berço de cada geração que se sucede, está hoje personificando-se com o nome de FOME. Ouçamo-la falar:

Eu sou a FOME. Sou a negação da necessidade básica do manter a vida em um corpo homem, do primeiro direito da criança — do alimento — para que nasceu.

Eu sou a FOME. Quando as chuvas de monção não caem e o vento quente se abate sobre os campos ressequidos; quando o grão em maturação murcha nas espigas; quando o gado enfraquecido muge nos bebedouros secos; então eu passeio pela terra.

Eu sou a FOME. Tenho muitos servos: os ganhotos que

invadem as campinas ardentes; a peste que ataca as plantas em crescimento; o senhor de terras ganancioso que exige para si dois terços da colheita; a agiota que duplica seu dinheiro cada dois ou três anos; o especulador do mercado que paga um preço vil pelas colheitas e que, assim, engorda cada vez mais com o que vende.

Eu sou a FOME. Venho com diversas aparências: na de alimentos que carecem das virtudes que impedem o escorbuto e a pelagra; na de alimentos que carecem dos minerais indispensáveis para a formação de tecidos ósseos resistentes; na de alimentos que enchem o estômago mas que não possuem as proteínas necessárias para estimular o crescimento. Venho na figura do “Kwashiorkor”, a terrível enfermidade provocada pela falta de proteínas, conhecida por diversos nomes em diversos países.

Eu sou a FOME. Invado os organismos dos homens, mulheres e crianças, e os atormento, os torturo e os corroto até que resulta em uma burla dizer-se que uma vez eles foram feitos à imagem e semelhança de Deus.

Arrebato de minhas vítimas a força que necessitam para ajudar-se a si mesmos, a vontade de produzir os alimentos de que precisam, a vontade de abrigar-se sob um teto e de governar-se para o bem coletivo. Arrebato a eles, inclusive, o simples desejo de caminhar pela boa terra com vigor e alegria.

Eu sou a FOME. Domino mais da metade da Humanidade.

Eu sou a FOME. Sou a negação da necessidade básica do homem, do primeiro direito da criança. — o alimento — para manter a vida no corpo em que foi colocado por Deus.

— O mundo poderá tolerar por mais tempo esta negação? Você pode tolerá-lo? Poderá eu?

ASSOCIATIVISMO RURAL

Sociedade Rural Brasileira

De acôrdo com os novos Estudos Sociais da Sociedade Rural Brasileira, a sua Assembléa Geral elegeu o Conselho superior que, a seguir, se reuniu e elegeu a nova diretoria a entidade que tomará posse em março.

Presidirá a Sociedade Rural Brasileira a partir de 1963-1966, o Sr. Salvio Pacheco de Almeida Prado.

Federação das Associações Rurais do Estado de Alagoas.

Em 15 de janeiro foram eleitos e empossados os membros que dirigirão a entidade no período 1963-1966 assim relacionados:

Presidente: João Carlos Albuquerque Filho

Primeiro Vice-Presidente:

Manoel Messias de Gusmão

Segundo Vice-Presidente: José Ribeiro Toledo

Primeiro Secretário: Dourival Angello de Couto

Segundo Secretário: Enoch Marques Macedo

Primeiro Tesoureiro: Pedro José do Oliveira

Segundo Tesoureiro: José Monte Ferreira

Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco

Para o biênio de 1963-1964, foi eleita a seguinte diretoria:

Presidente: Ernesto Gonçalves Pereira Lima

Vice-Presidente: Sylviano Pontual de Rangel Moreira

Secretário: Braulio Correa de Almeida.

Tesoureiro: Itanir Cesar de Moura

Reeleito Presidente

Foi reeleito presidente da Associação Rural Itabuna, Estado da Bahia, o ruralista Adélcio Benício dos Santos.

Associação Rural de Rio da Prata

É a seguinte a atual diretoria da Associação Rural do Rio da Prata:

Presidente: João Luiz Carneiro de Curvelo

Primeiro Vice-Presidente José dos Santos Figueira,

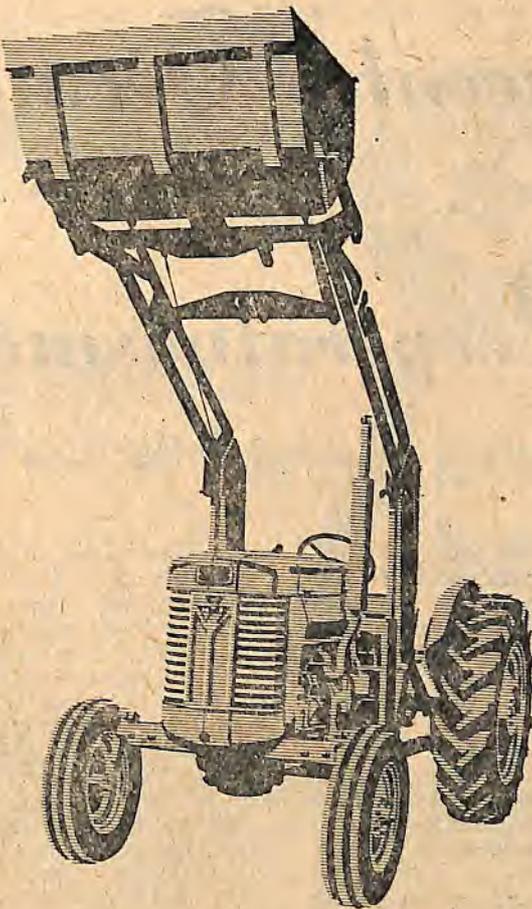
Segundo Vice-Presidente Janir Lopes Terra

Primeiro Secretário: Antônio Gonçalves

Segundo Secretário: Osmar Marques de Curvelo

Primeiro Tesoureiro: Luiz Gonçalves

Segundo Tesoureiro: David Dias.



carregador dianteiro

MASSEY FERGUSON 735

uma infinidade de usos faz ainda mais útil o seu trator!

Moderno e robusto o Carregador Dianteiro aumenta o rendimento e a versatilidade do trator Massey-Ferguson. Com infinitas utilidades, é usado em aplicações até agora destinadas exclusivamente a tratores pesados e de alto custo.

aplicações

serviços de fazenda (movimento de terra e estêrco); construções civis e serviços em órgãos governamentais; movimentação de materiais em fábricas, fundições, linhas de montagem.

características

comando de bscula da caçamba, hidráulico ou mecânico; o Sistema Hidráulico Massey-Ferguson permite nivelamento preciso de caçamba; capacidade de carga de 907 quilos.

peça uma demonstração ao Revendedor de sua cidade



Massey-Ferguson do Brasil S.A.

Encontro Técnico

de

Cooperativismo

por Fábio Luz Filho

Estou há uns dois anos afastado, pelo inexorável e incoercível rolar do tempo, das lides oficiais; mas continuo o bom combate através de livros, artigos, cursos de capacitação cooperativa, etc., não deixando, ao mesmo passo, de acompanhar as atividades governamentais, dando, dentro do possível, minha sincera colaboração como publicista e presidente do Centro Nacional de Estudos Cooperativos. Este, apesar dos tropeços que pontelam o caminho de organizações desinteressadas do tipo dêle, vai realizando sua obra de difusão cultural com repercussão no estrangeiro, pois é a única entidade brasileira filiada à Aliança Cooperativa Internacional de Londres. Daí, ter sido gentilmente convocado por Smith Braz para o Encontro Técnico de Cooperativismo (dez. 1962), o que me deu oportunidade de, com prazer e emoção, rever velhos amigos e companheiros, de rugnas, e conhecer novos, que agora entram na liça na qual duramente permaneci durante trinta e cinco longos anos em porflas sem conta, e onde consumi grande parte de minha mocidade e de minha própria saúde. Alegrou-me, pois, aquê- le convívio e sensibilizaram-me a distinção recebida e as homenagens de que fui alvo no plenário.

Ninguém de boa fé negará ao Serviço de Economia Rural, já repartido pela nova estruturação dada ao Ministério da Agricultura, uma ação meritória e pioneira, que vem de 1926, quando, com a bravura e a sinceridade de Torres Filho, ini-

ciamos no Brasil o movimento corretório para a imagem do cooperativismo, dando ao país uma legislação realmente orgânica, dentro dos cânones doutrinários consagrados: o decreto 22.239, e outras.

Bem sabeis que há distorções, e não poucas, em nosso movimento cooperativo, e que há óbices, e não pequenos, que transpor para que certos setores cooperativos brasileiros se integrem nas normas doutrinárias consubstanciadas na lei, que, como sabeis, envolvem, aspectos morais. Talvez algumas das falhas da nossa legislação sejam ao menos responsáveis por essas contrafações, quando há aventureiros hábeis a campear e disposições limitativas da política monetária que talvez expliquem muitos desvios. E sempre houve um aparelhamento de assistência e de fiscalização freado, por falta de verbas, e por deficiência de quadros técnicos, o que não se faz sentir apenas no órgão federal, pois, com raras exceções, o quadro na maioria nos Estados é mais sombrio.

Os cooperativistas ortodoxos têm infelizmente que aceitar certas contingências próprias dos países subdesenvolvidos, ou em pré-desenvolvimento ou em fase de desenvolvimento ou com traste com áreas desenvolvidas áreas subdesenvolvidas em comum nível ocidental. Como bem o acentuou recentemente o Seminário de Juventudes da América Central e do Caribe, realizado em San José, os cooperativistas ortodoxos, entre os quais com honra e satisfação me incluo, terão, mesmo a con-

tragosto, que aceitar esta tese: nesses países a estrutura e o papel do Estado não podem ser os mesmos dos países em desenvolvimento integral, pois, tem de ser êle (veja-se o que por força das circunstâncias, se passa nos países asiáticos, mesmo nos de formas liberais do governo) o instrumento orientador e de controle que deve organizar a política de desenvolvimento. No campo econômico, a ação estatal deve traduzir-se em uma política de planificação destinada a atacar, dentro de um quadro rigoroso de prioridades, os múltiplos aspectos do subdesenvolvimento econômico. E há quem considere a interferência do Estado dentro da moderna concepção social do Direito, de vez que estatuí o primado do interesse coletivo.

No Brasil já temos uma andaimaria erguida que apenas precisa de dinamização através de verbas adequadas e de um material humano quantitativamente suficiente e qualitativamente capaz, isto é, quadros técnicos. É que em 35 anos em que labutei no Serviço de Economia Rural, êste sempre se ressentiu dessas conhecidas deficiências; tudo sempre foi obra do esforço dedicado de um grupo de abnegados. E os Estados, na sua maioria, também disso se ressentem num grau mais elevado, de vez que pelos Acordos, lhes cabe considerável soma de responsabilidade. Realmente não é possível, sem medidas adequadas contornar as deficiências acima apontadas, planejar ou organizar com acerto, assistir com desvelo mas sem paternalismos, e fiscalizar com critério e espírito de corrigir, orientar e nunca de destruir baldo que está o movimento cooperativo brasileiro de educação cooperativa, não obstante tantas advertências no sentido de êle provar que já possui certa maturidade para compreender essa necessidade. As atitudes drásticas deverão ser a réplica apenas à má-fé e ao aventureirismo deformador. E nem só a técnica é necessária; há necessidade também de um certo ardor de apostolicidade... É preciso que nos capacitemos de que nada se fará que sem uma lata e alta compreensão do que representa o cooperativismo, pelas suas desconhecidas virtudes intrínsecas, no

encaminhamento de soluções para os problemas agrários. O que ele representa, e vem representando, em países das condições do Brasil ou de condições assemelhadas tem-se, por exemplo, no Paquistão, que, com 80 milhões de habitantes e 90% de analfabetos, tem, não obstante, 20.000 cooperativas de crédito agrícola. E seus dirigentes muito se vêm preocupando com a formação de líderes e militantes.

Como propagandista e chefe de Seção que fui durante trinta e cinco anos, tendo dado o melhor de minha mocidade (e, como disse, grande parte da própria saúde) à campanha cooperativista, atuando com humildade mas com tenacidade, desassombro, dedicação, resistência a êrros e deformações, foi, repito, com prazer e emoção que compareci ao Encontro certo da validade do contido em sua **Carta de Recomendações**, e da receptividade e ressonância que irá ter.

ANUNCIE

EM

A Lavoura

Adubos

fortificam as terras fracas

Dep. Prop. CADAL

UMA FÓRMULA PARA CADA CULTURA — SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE

CADAL

CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS
Agentes exclusivo do Salitre do Chile para os Estados da Guanabara, do Rio e Espírito Santo

Rua México, 111 — 12.º andar (Sede própria)

Caixa Postal, 875

— Telefone: 31-1850-rêde interna

Paraíba do Sul

1.º Sindicato de Produtores Rurais

Com uma assistência vibrante e movimentada de cerca de 320 pecuaristas e produtores rurais, realizou-se na sede de Cooperativa de Laticínios de Paraíba do Sul, a reunião preparatória para a fundação do Sindicato de Produtores Agro-Pecuarários, com o objetivo de congregar a classe rural do município na defesa de seus legítimos interesses.

Presentes, o presidente Francelino França, da FARERJ, que produziu aplaudida palestra sobre Reforma Agrária e Sindicalismo Rural bem como, os ruralistas José Paiva, Joaquim Vizeu, Moacir Pereira, Lúcio Toledo Malta, Eurico Barboza de Castro, Paulo Nogueira, José Augusto Mello, Cezar Louro, Antonio Avelino Oliveira, Hélio Fernandes, Oswaldo Dale, D. Olga Heidt, José Augusto de Mello e vários outros, ficou deliberado a Convocação de Assembléia Geral para o próximo dia 23 de junho quando deverá ser eleita a Diretoria Provisória do novo Sindicato.

Programação das Atividades do Centro Audiovisual da Sociedade Nacional de Agricultura Durante o Segundo Semestre de 1963

Esta unidade de ensino da E.H.W.B., sob a direção do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, tem programados para o período de agosto a dezembro de 1963, os seguintes cursos:

- a — Recursos Audiovisuais nas Escolas Agrícolas
 - b — Informação Rural
 - c — Organização de Museus Escolares
 - d — Aperfeiçoamento de Informação em Extensão Rural
- II — Objetivo, calendários e condições o funcionamento dos cursos.

1. Cursos de Recursos Audiovisuais nas Escolas Agrícolas

a — Objetivo

Familiarizar professores e orientadores do ensino agrícola de grau médio, com a adequada utilização dos recursos audiovisuais nas aulas e demais atividades escolares.

b — Calendários

O curso será realizado na sede do Centro Audiovisual da Sociedade Nacional de Agricultura no período de 6 de agosto a 29 de novembro, abrangendo um total de 105 horas de aulas e trabalhos práticos ministrados às terças e quintas-feiras, das 14,00 às 17,00 horas.

c — Condições para matrícula

Poderão matricular-se no referido curso professores e orientadores de ensino agrícola devidamente registrados na Superintendência do Ensino Agrícola e

Veterinário, professores registrados no Ministério da Educação e Cultura e outras pessoas devidamente credenciadas.

2. Curso de Informação Rural

a — Objetivo

Familiarizar as pessoas interessadas nas atividades relacionadas com a informação agrícola com as modernas técnicas de comunicação.

b — Calendário

O curso será realizado na sede do Centro Audiovisual da Sociedade Nacional de Agricultura, no período de 12 de agosto a 5 de outubro, abrangendo oito semanas, com aulas diárias de segunda a sexta-feira, ministradas das 14,00 às 17,00 horas, perfazendo um total de 120 horas de aulas e trabalhos práticos.

c — Condições para matrícula

Poderão matricular-se no referido curso jornalistas, agrônomos, veterinários, professores, assistentes sociais e demais profissionais cujas atividades incluem os trabalhos relacionados com a informação agrícola.

3. Curso de Organização de "Museus Escolares"

a — Objetivo

Familiarizar professores, orientadores de ensino, auxiliares escolares e outros interessados com os trabalhos relacionados com a organização de museus escolares.

b — Calendário

O curso será realizado na sede do Centro Audiovisual da Sociedade Nacional de Agricultura no período de 7 de outubro a 14 de dezembro, abrangendo um total de 90 horas de aulas e trabalhos práticos, ministrados às segundas, quartas e sextas, das 14 às 17,00 horas.

c — Condições para matrícula

Poderão matricular-se no referido curso professores, orientadores de ensino, auxiliares escolares, estudantes de grau médio e demais pessoas capacitadas para as atividades relacionadas com a organização de museus escolares.

4. Cursos de Aperfeiçoamento de Informações em Extensão Rural

a — Objetivo

Proporcionar às pessoas já capacitadas para as atividades relacionadas com a informação em extensão rural, a oportunidade para um aperfeiçoamento em tais atividades.

b — Calendário

O curso será ministrado na sede do Centro Audiovisual da Sociedade Nacional de Agricultura, no período de 21 de outubro a 14 de dezembro, abrangendo um total de 120 horas de aulas e trabalhos práticos, ministrados de segunda a sexta-feira, no horário das 14,00 às 17,00 horas.

CULTURA DO DENDEZEIRO

Cooperação Técnica Francêsa — Um Depoimento

A preocupação constante de fazer esquecer ou mesmo destruir o esforço técnico em prol de um problema com solução animadora, é a causa indireta do retardamento do progresso, em vários setores do Ministério da Agricultura.

Não se pode exigir de todos o mesmo grau de resignação ao sofrimento ou de desprezo para os falsos técnicos, sem valor moral e usurpadores do trabalho alheio.

O caso dendezeiro é típico e dele nos ocuparemos, em defesa do realizado pelo Instituto de Óleos, instituição que idealizamos, organizamos e dirigimos, até 17 de janeiro de 1963, com duas interrupções, uma em 1933 e outra em 1943.

Se consultarmos o Boletim do Ministério da Agricultura, antes de 1930, encontraremos bons artigos e ilustrados sobre o dendê e que demonstram o esforço, o desejo de produzir e melhorar de vários colegas, dedicados e competentes que nunca puderam ver a cultura do dendezeiro tecnicamente planejada e isso só aconteceu, graças ao trabalho do Instituto de Óleos que dá assim ao país uma oportunidade para desenvolver essa cultura.

Para alcançarmos o planejado, lembramos a criação de estações experimentais de química e agricultura no Pará e Bahia, dada as condições ecológicas de várias zonas que, bem estudadas, poderão dar nova orientação agrícola, e colaboramos no projeto Gracho Cardoso (1921) que se preocupou com o dendê (I — Notas sobre a Indústria de Óleos Vegetais no Brasil (1924), (páginas 130, 133, 134 e 137 — J. B. de M. C.). Demos o máximo dos nossos esforços para a realização do Primeiro (1924) e Segundo (1927) Congressos Nacionais de Óleos, cujos anais — encerram valiosas contribuições

Jm. Bertino de Moraes Carvalho

Do Conselho Técnico da S. N. A.

e que concorreram para uma maior confiança no futuro dos oleaginosos.

A preocupação econômica e agrícola da exploração dos oleaginosos levou-nos a continuar a estudar o recôncavo da Bahia (Ver I) e em conferência realizada no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro em 22 de novembro de 1925, ao ocuparmos do aproveitamento das Terras de Marinha para as culturas dos oleaginosos e dos Premios a essas destinados, destacamos: "Na Bahia sugeria ao Governo Federal favorecer ao máximo do possível as plantações de dendezeiros, coqueiros e outros oleaginosos no recôncavo da Capital dando premios monetários. As terras prestam-se muito bem a essas culturas e há relativa facilidade de transporte e de trabalhadores rurais (II — J. B. M. C. — A Indústria de Óleos Vegetais e seus Problemas (Questões Técnicas — Indústrias e de Ensino) — 1936, p. 40/55 e 315/319 — Consultar também e Índice Geral).

Acreditamos no futuro da zona do Paraguassu e do recôncavo de um modo geral, na independência econômica da Bahia. Aquele que estudar essa região, notará que foi uma das primeiras industrializadas. São Felix e Cachoeira, cidades que se destacaram na história da Bahia e possuidoras de um povo bom, inteligente e dedicado ao trabalho, tiveram em alto nível desenvolvidas para a época, as culturas de fumo e cana de açúcar, e ali industrializadas.

Do ponto de vista industrial, a zona de Paraguassú oferece também vantagens à Bahia. Era do nosso programa em 1963, organizarmos uma missão técnica, com pedologistas, nacionais e

estrangeiros, especializados em oleaginosos, através do Instituto de Óleos, para estudar os solos de São Felix, Cachoeira, Maragogipe, Santo Amaro, Nazareth, Itaparica, Iguape, afinal o recôncavo, visando as culturas do dendezeiro e do coqueiro, e de outros oleaginosos. Essa Missão Técnica iria até Porto Seguro e já tínhamos tomado, as primeiras providências, consultas, etc. Já podemos informar que em Iguape, a Cia. Euluz trabalha, tecnicamente, para a Bahia ter a maior área plantada de dendezeiro com facilidade de transporte, de consumo e exportação, do continente americano.

A exploração de dendezeiro na Bahia, graças a propaganda do Instituto de Óleos em prol dos oleaginosos, despertou interesse nos senhores José Nunes da Silva, Silvío Kronauer e Americo de Pinho Leonardo Pereira, nosso saudoso colega e amigo, os quais, em memorial enviado ao Senhor Presidente da República, datado de 15 de fevereiro de 1935, propunham plantar cinco mil (5.000) hectares de dendezeiros a poucos quilômetros do Porto de Caravelas, atravessados pela estrada de ferro Bahia-Minas, e construir uma usina para extração de óleo, e pedir para isso, apenas, dois milhões de cruzeiros (!) nessa época, era dinheiro, parceladamente. O Sr. Presidente de República enviou o memorial ao Conselho Federal de Comércio Exterior, tendo o nosso inesquecível amigo e colega Arthur Torres Filho dado um magnífico parecer técnico-econômico (15-4-35) que mereceu o apoio franco do Consultor Técnico Valentin F. Bouças mas, assim terminou este Consultor seu parecer: "reconheça este Conselho a utilidade da iniciativa e opine pela denegação do pedido em virtude da impossibilidade de sugerir uma providência a um estabelecimento

de crédito agrícola, que ainda não possuímos". Esses pareceres poderão ser consultados em "III" J. B. de M. C. Os Óleos Vegetais na Economia Mundial (páginas 73, 200/236").

Essas dificuldades e outras levarão a promover a vinda de uma Missão Técnica Americana apoiada pelos governos do Brasil e Estados Unidos e que já havíamos planejado, quando estivemos nos Estados Unidos, em 1938. Constituída de técnicos da mais alta responsabilidade naquele país, assim se refere ao dendê: "Parece-nos ser de grande interesse para os governos dos Estados Unidos e do Brasil cooperar no desenvolvimento da produção brasileira de amendoas e óleo de dendê. Recomendamos, porém que se faça um esforço para obter nos Estados Unidos um ou mais técnicos familiarizados com a plantação e indústria do óleo de dendê nas Índias Holandesas, na Maláia ou no Congo Belga, sendo esses técnicos mandados para o Brasil para trabalhar ali com os Governos federal e dos Estados Unidos, verificando as regiões onde os dendezeiros germinarão melhor e onde produzirão mais".

O relatório dessa Missão, intitulado "O Brasil e os Óleos Vegetais — Relatório da Comissão Americana da Técnicos em Óleos Vegetais (9/3 — 28/4 — 1942) é uma contribuição valiosa para o Brasil, pela segurança das suas opiniões e fé nos destinos do nosso país.

Sempre preocupados com a exploração técnica dos oleaginosos, fomos novamente ao Norte e de regresso escrevemos "O Norte e a Indústria de Óleos Vegetais sob o aspecto Técnico — Econômico (1942) e às páginas 194 lêr-se-á: "O Estado da Bahia poderá desenvolver em grande escala as culturas das palmeiras oleaginosas e outras, no seu vasto recôncavo e cidades próximas da Capital ou servidas pelas estradas de ferro".

Não desanimamos e se consultarem o nosso trabalho "Planejamento Oleífero Brasileiro — Documentação e Economia (1951), constituído de parte do relatório de 1947, da nossa contribuição ao Plano SALTE e de sugestões, etc., encontrarão a cultura de dendê e a sua indústria defendida na Bahia, e a sua exploração no Brasil.

O despertar e firmar interesse para alguma coisa não é fácil num meio descrente da ação oficial. É preciso não perder qualquer oportunidade e vista e sugerimos o levantamento técnico-Econômico oleífero pela FAO, visando os Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Minas Gerais (Região de São Francisco) que poderão constituir o maior celeiro oleífero do mundo, dependendo de um planejamento (IV — J. B. de M. C. Ensinar, Pesquisas — Documentar — Cooperar (1953, páginas 185/7). Desse problema, o dendê e dos oleaginosos ainda nos ocupamos no "Babaçu — Comissão de Desenvolvimento Industrial — Instituto de Óleos, 1953", e assim se constituiu um ambiente de maior atenção pelos oleaginosos, depois de 31 anos de luta, sem outro interesse senão e de cooperar para a organização técnica-econômica do Brasil.

II — Marcha para o dendezeiro.

Em 1956, fomos designados para irmos assistir em Paris, experiência de uma máquina de quebrar babaçu. Não desejávamos fazer essa viagem e afinal não deixou de ser muito útil para o aumento dos nossos conhecimentos técnicos e para o Instituto de Óleos, por termos visitado institutos de óleos, de tecnologia, universidades, etc., de Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Suíça, Bélgica, Holanda, Inglaterra e França, e entrado em contacto mais direto com o Instituto para Pesquisas de Óleos e Oleaginosos da França (IRHO), com o qual mantinhamos correspondência para a vinda de técnicos desde 1953.

No nosso relatório "Babaçu — Cacau. Problemas Oleíferos do Brasil e a Europa Técnica e Econômica (1956) encontrará o leitor, a nossa carta de 14 de dezembro de 1956 (páginas 345) e a resposta do I.R.H.O. que firmam os princípios gerais de uma cooperação técnica construtiva e eficiente para o desenvolvimento oleífero do Brasil e compreensão da vantagem da colaboração estrangeira, quando bem orientada. Nesse relatório ainda se encontra a Exposição de motivos n. 903/8-8-56 (PR. 38836/13-8-56) ao Sr. Presidente Juscelino Kubitschek, do Ministro Ernesto Dornelles na qual traça normas para os tra-

balhos do I.O., solicita a cooperação do Banco Nacional de Desenvolvimento para um Plano de Produção de Oleaginosos no nosso país. Foram mantidas pelo seu sucessor Ministro Mario Meneghetti e continuou a prestigiar o programa do I. O. com especial interesse.

O apoio dos ministros constitui sempre um grande incentivo, mas, eles mesmos não têm, às vezes, o que merecem na resolução dos problemas do seu Ministério, principalmente, quando dependem do Ministério da Fazenda. Não havendo outro contato senão o de pedir dinheiro "e a superioridade de quem deveria dar", pela falta de planejamento, os problemas complicam-se e são sempre de difícil solução.

No ano seguinte, o nosso trabalho foi dedicado em parte ao Babaçu e encaminhado ao Ministro da Agricultura o relatório do Grupo de Estudo do Babaçu (G.E.B.), publicado em 1959 sob o título: — Babaçu — Estudo Técnico Econômico — Relatório do Grupo de Estudo do Babaçu (G.E.B.), 1959, que é o mais completo trabalho sobre o assunto e realizado com a cooperação efetiva de I.O. e que também se refere ao dendê e outros oleaginosos.

Não havia ainda sido acertada, definitivamente, o convênio com o Instituto de Óleos da França, apesar de todo interesse dos governos brasileiro e francês, e de havermos traçado com o Dr. Y. Bagot, chefe de serviço de I.R.H.O., que aqui esteve como delegado francês no XIII.º Congresso Brasileiro de Química (II — 11. nov. 1958) em Salvador, e com elementos da Embaixada da França, em conjunto, as linhas básicas para uma verdadeira cooperação técnica entre os institutos brasileiro e francês, não havia solução definitiva. Isso levou o Sr. Embaixador da França Bernard Hardion solicitar ao Sr. Ministro da Agricultura, em 30-x-58, que permitisse o técnico francês Dr. Lucien Kehren, contratado do I.O., a aumentar-se por um período de quinze dias, para "estudar, com as autoridades francesas, alguns problemas concernentes à Cooperação Técnica, problemas esses capazes de beneficiar os países, interessados". Encaminhamos esse pedido e foi atendido pelo Sr. Ministro e aprovado pelo Sr. Presidente da

República tendo todas as despesas sido efetuadas por essa Embaixada (EM 865/5-11-58 PR 54385/58-53008/58). A colaboração desse técnico e o desejo do Sr. Embaixador em ter a solução desse problema foram muito úteis.

Em 1959, pelo ofício n.º 42 dirigido ao Sr. Ministro da Agricultura, solicitava suprimento para as despesas com a vinda dos técnicos franceses, e pelo de n.º 65 (16-3-59) comunicava ter os conselheiros científico e cultural da Embaixada da França, nos visitado no I.O., para entregar ao Diretor do Instituto de Óleos o projeto de Acórdo da Cooperação Técnica, aprovado pelo Governo Francês, entre esses Instituto e o de Óleos", e anexava os documentos recebidos.

Em 1.º de julho de 1959, comunicava ao Sr. Embaixador haver o Sr. Presidente da República aprovado o acórdo de Cooperação Técnica e solicitava a designação de um seu delegado para assiná-lo.

Surge uma dificuldade seria. As autoridades francesas, através do Embaixador da França, fizeram sentir que o Acórdo só poderia ser assinado com a exclusão das cláusulas concernentes ao Tribunal de Contas por poderem dar idéia de uma intervenção de governo estrangeiro nos negócios internos do Brasil. Fizemos ver que, em absoluto, isso não era possível por não sermos capazes de admiti-la e que se não tratava de acórdo entre governos, mas, entre institutos que estavam sendo apoiados pelos seus governos. Na falta de uma definição ao contrário, o I.O. não poderia assinar o convênio, o que era muito desagradável. O Sr. Embaixador compreendeu o nosso ponto de vista, mas, o seu Adido Cultural, recentemente chegado ao Brasil, manteve-se contrário.

Levamos o fato ao conhecimento do Sr. Ministro da Agricultura Mario Meneghetti e aprovou, imediatamente, a solução, legalmente, tomada. Teve também dele conhecimento o DASP, pelo ofício I.O. n. 259, de 10-8-59.

Enquanto se não resolvia o impasse, o Governo francês atendeu enviar Missão técnica francesa, constituída de especialistas do I.R.H.C., já na base dos princípios gerais do Acórdo, pagando o Governo do Brasil o

transporte dos técnicos e todas as despesas com a sua estada no Brasil, o que foi feito (J.B. de M.C. — Cooperação Técnica — Volume III — IV, p. 99/113). Não era possível perder tantos esforços empregados e, muito mais ainda, deixar de seguir as leis brasileiras que garantiam, pela aprovação do Egregio Tribunal de Contas, a constância do Convênio de Cooperação técnica e do pagamento das despesas, etc.

Essa solução agradou a todos interessados na solução desse problema.

III — Missão Técnica — Assinatura do Acórdo — Programa iniciado.

A Missão agronomica francesa, constituída dos Drs. M. Ollagnier, diretor das Estações Experimentais, e Ch. Maria — Sube, Inspetor das culturas, especialistas do I.R.H.O., chegou ao Rio de Janeiro em 6 de outubro de 1959 e regressou à Paris em 10 de dezembro, após haver estado em Manaus, Belém, Pernambuco, Sergipe, Bahia e São Paulo.

Apresentou um cuidadoso relatório, que fizemos traduzir, distribuir, e no qual se encontram medidas para o desenvolvimento das culturas do dendzeiro, coqueiro, mamona e amendoim, e sugestões para a organização de pesquisas agronômicas com oleaginosas.

Trata-se de especialistas com longa experiência na África e profundos conhecedores das culturas do dendzeiro e coqueiro, que defendem o estabelecimento de campos geneológicos em Belém (Pará) e no Estado da Bahia, e deram as suas opiniões técnicas sobre o que vieram nas plantações existentes e órgãos do M. A., etc., e favoráveis ao dendzeiro na Bahia, Pará e Amazonas.

Muito do que temos defendido encontrou o apoio dessa Missão que mereceu todas as atenções dos governos, principalmente, do da Bahia, Governador Juracy Magalhães, que facilitou meios financeiros ao I.A.L. para a importação de sementes.

Assinatura do Acórdo teve lugar no Gabinete do Senhor Ministro da Agricultura, em 9 de outubro de 1959. Assinaram esse convênio os Drs. Michel Ollagnier, representante do Instituto de Pesquisas de Óleos e Oleaginosos da França, e Joaquim

Bertino de Moraes Carvalho, pelo Instituto de Óleos do Ministério da Agricultura. Assistiram esse ato o Adido Cultural da Embaixada e várias funcionários do Ministério da Agricultura. Falaram sobre o seu valor o professor Joaquim Bertino, Drs. Ollagnier, Luiz Guimarães Junior, representando o Ministro da Agricultura, e o Smith Braz, diretor da Economia Rural (Considerações preliminares tendo em vista o estabelecimento de um programa de experimentação agronomica coordenada (publicação do I.O.), páginas 13/24 — I.O. 11-11-59 p. 23822).

O ano de 1960 foi de organização para o futuro. O relatório francês só foi apresentado por aqueles técnicos em março, impresso e enviado ao I.O., recebido, estudado em detalhes e traduzido. Foi para nós bastante agradável, podermos aconselhar a sua aceitação e seguimento das suas sugestões.

Em 1961, foi colocado em execução prática aquele Acórdo e veio para o Brasil o engenheiro agrícola G. Savino após haver efetuado no conjunto das estações do IRHO de ex- A.O.F., uma "tournee" de informações de 15-9-60 a 15-12-60", tendo em nossa companhia visitado o Instituto Agronomico de São Paulo, e I.E. Ex. Agrícolas, e as instituições interessadas dos Estados da Bahia e Sergipe.

O I.O. e o I.R.H.O. iniciaram assim um trabalho de cooperação, em que a supervisão técnica especializada do I.R.H.O. foi atendida pelo seu técnico no Brasil, trabalhando no I.O. como assessor-técnico, subordinado ao regulamento do I.O. e com a nossa aprovação e responsabilidade, como diretor do órgão brasileiro, foram executados os planos traçados.

Todas as dificuldades aparentes foram vencidas e dentro do possível não sacrificaram o programa em vista, basta ler o relatório desse técnico apresentado ao I.O. em 1961 e nele se encontrará: — descrição sumária das atividades, de ensaios de educação, colaboração técnica experimental com o Instituto de Ecologia e Experimentação, Cia. Brasileira de Potassa e Adubos, Soc. Euluz S. A. — Bahia, Firrestone — Bahia, Contendas e Jurureba, ICOMI S. A. — Caolim Ltda., institutos agronomicos de

São Paulo, do Leste e do Norte. Oleaginosos do Estado da Bahia, Biológico da Bahia, INIC, IQA, P.M. Cahen, Silvio Abreu, Radiobrás, Tension Freire, Clóvis de Brito Pereira, etc. Houve um entrosamento prático com as instituições privadas interessadas e com o IRHO, permitindo a possível ampliação do Plano de Trabalho em 1962.

Estamos assim com uma pequena rede experimental planejada, com organismos oficiais e privados, em Amapá, Belém, Sergipe, Bahia (recôncavo e Sul) e Espírito Santo, e os esforços empregados pelo I.O. e pelo Sr. Eng. Agrícola, Técnico do I.R.H.O., coroados de êxito.

Esses resultados concorreram para a continuação mais confiante da execução do programa de trabalho, em 1962. Conhecendo Amapá e todos os demais Estados do Norte e havendo acompanhado aquela Missão técnica, conjuntamente com os representantes da Comissão de Planejamento da Bahia e Banco Nacional de Desenvolvimento, nos Estados de Sergipe, Bahia, e São Paulo, foi-nos fácil supervisionar e orientar, em certos casos o assessor técnico que, em seu relatório de 1961, agradece os conselhos e "na medida das suas possibilidades, todos os meios para nos permitir realizar esta Missão nas melhores condições. Espero que ele encontre aqui as manifestações de nossa gratidão, bem como as da Direção do I.R.H.O. (Relatório 1961, p. 48)".

Continuamos a execução do programa mais confiantes, apesar das dificuldades acrescidas pelos novos planos de Economia, mudança para Brasília e falta de técnicos.

O I.R.H.O. forneceu ao I.O. sementes selecionadas para realização de campos genealógicos em Belém (IAN) e Bahia (INIC-Ituberá) e estes órgãos construíram germinadores, foi dada cooperação técnica à SUDENE nos estudos do dendezeiro e coqueiro, à Estação de Coqueiro de Fomento Vegetal em Jiqui (Natal), visitado pelo Assessor-técnico a Ilha de Marajó; Maranhão, vários agricultores de Pernambuco, Sergipe e Bahia, e colaboração mais efetiva ao INIC, Euluz S.A., Firestone, Odobrecht, Kablin, Radiobrás, IBEA, tendo todo o trabalho sido acompanhado pelo assessor técnico do IRHO, através de re-

latórios, e sido realizado análises de folhas de dendezeiro, e coqueiro e de solos. Os detalhes são encontrados no relatório do Assessor-técnico, 1962.

Os fatos de maior importância foram os seguintes: vinda novamente do diretor das Estações Experimentais do I.R.H.O. ao Brasil, Dr. Ollangnier em janeiro, e a sua visita ao Amapá, à Belém, Pernambuco, Sergipe, Bahia e Rio de Janeiro, como hospede do Ministério da Agricultura, para ter a impressão do já realizado nesse Setor Agronomico pelo trabalho comum IO-IRHO, e a do Dr. De Belgarric, diretor geral do IRHO em agosto, que, pela primeira vez, visitou o Brasil e em Pernambuco as plantações de coqueiro, na Bahia, as de dendezeiro; tomou conhecimento mais detalhado da execução do programa IO-IRHO. Assinou o Dr. De Belgarric o Termo Aditivo ao Acôrdo com o I.O. em ato solene, realizado no Instituto de óleos e no qual usaram da palavra os diretores do I.O. e do IRHO, e o Adidô de Cooperação Técnica da Embaixada da França, e aprovou as bases para o convênio com a INCOME S.A., pelo I.O. — I.R.H.O., para estudos e plantação futura do dendezeiro no Amapá. Foi também convidado e hóspede do Ministério da Agricultura, e deixou-nos uma ótima e agradável impressão do seu desejo de aumentar a cooperação técnica.

Do ponto de vista brasileiro, marcaram destaque especial os acôrdos de cooperação técnica, assinados com a INCOMI — SA, a vinda do pedólogo do I.R.H.O. para estudar o AMAPÁ, INIC, Comissão de Planejamento Económico do Estado da Bahia, Empreza de Coaltm Ltda. (Klabin — E. Santo), Radiobrás e os estudos em fase final com a SUDENE (até hoje não assinou o convênio) e a ampliação dos acôrdos assinados com o Agrônomico de São Paulo, Institutos de tecnologia estaduais e de novos outros com instituições privadas e outros órgãos.

Encerramos 1962, firmando o Centro de Cooperação Técnica e dando ao poder Público o direito de afirmar que a cultura do dendezeiro no Brasil estava traçada em bases técnicas e que mantidas marcariam uma nova época económica para o nosso país.

As dificuldades em 1962 foram terríveis, devido ao Plano de Economia, reforma do Ministério da Agricultura e outros que impossibilitaram o pagamento integral de todas as despesas para a manutenção do Acôrdo IO-IRHO. Entretanto, as despesas com pagamentos de salários e diárias, transportes, etc., foram integralmente efetuados, faltando apenas aqueles que devido a falta de registro pelo Egrégio Tribunal de Contas em prazo útil, foram à "Restos a Pagar", cujo pagamento está previsto para setembro próximo.

Na base do Acôrdo de 1959 e Termo Aditivo 1962, veio um outro Engenheiro Agrícola, Dr. Christoi, para o setor de coqueiro, com experiência nas estações do IRHO na Africa. As impressões da sua competência, dedicação e trabalho, cordialidade e modo técnico de agir lhe são bem favoráveis e acreditamos que saberá trabalhar no bom sistema de cooperação do I.O. e associar-se com os colegas brasileiros, sem a preocupação de qualquer idéia de suposta superioridade.

Até agora, tínhamos traçado e estavam sendo executados os planos básicos para a cultura do dendezeiro: boas sementes selecionadas, regiões próprias e cooperação com assistência técnica efetiva. Entretanto, não foi dado ao I.O. um único agrônomo brasileiro para o seu quadro ou para acompanhar os técnicos franceses, apesar da luta crescente para a sua obtenção, através de ofícios e solicitações pessoais ao Ministro da Agricultura e que se encontram registradas.

Foram feitas traduções dos boletins técnicos do IRHO. impressos e distribuídos, intitulados: Relatório sobre os Oleaginosos no Brasil (1959); Considerações preliminares, tendo em vista o estabelecimento de um programa de experimentação; Instruções Gerais para os viveiros de palmeiras oleaginosas; Diagnósticos foliar para o dendezeiro; Instruções Gerais — plantação de dendezeiros — coqueiro, relatório de 1961 do Assessor-técnico e outras publicações.

Uma bolsa de estudos foi obtida do Governo Francês, pelo I.O., para um engenheiro agrônomo, da Estação do Ministério da Agricultura, especializar-se

nas estações experimentais do IRHO, na África.

Durante todo o ano de 1962, o I.O. teve a cooperação direta do IRHO na coordenação e controle técnico dos experimentos com oleaginosas.

A preocupação máxima do I.O. é organizar-se para realizar pesquisas agrônomicas e num trabalho hercúleo já tínhamos programado, para 1963, contando com a cooperação do Instituto Agronômico de São Paulo, Museu Nacional, IRHO, e alguns órgãos técnicos do Ministério da Agricultura, um levantamento pedológico do Estado da Bahia, na base do exposto em nossos relatórios de 1962-1957.

Não é bastante importarmos sementes selecionadas, germináveis, distribuir mudas e promover grandes culturas. É indispensável a pesquisa aplicada e um bom exemplo a seguir está no Western African Institute for Oil Palm Research, "Nigéria;" "The Institute of Oil Seed Technology", Estados Unidos e em outras instituições específicas.

Reclamamos, ainda repetimos, em ofícios e pessoalmente, agrônomos para acompanharem os colegas franceses e nada obtivemos.

A posição do Instituto de Oleos no meio técnico nacional e internacional, e a homenagem prestada ao seu Diretor e ao do I.R.H.O. pela Embaixada da França, em Setembro de 1962, concorreram para o ex-Diretor do Serviço Nacional de Pesquisas agrônomicas e atualmente do DPEA, engenheiro agrônomo Osvaldo Bastos de Menezes, boicotasse o I.O. parecendo prestigia-lo e usasse

uma técnica que a todos enganou, até outubro de 1962, quando por inveja e outras qualidades negativas propôs a extinção dos institutos de Oleos, Fermentação e Química Agrícola, não obtendo a dos dois primeiros, graças ao compromisso conosco tomado pelo Ministro Costa Lima.

Não tendo sido vitorioso, procurou destruir o trabalho do Acórdo I.O. - IRHO, registrado pelo Egrégio Tribunal de Contas e válido até 1964, mandando colocar no Plano da Economia toda a dotação orçamentária de 1963 para Cooperação Técnica. Levamos esses fatos, oficialmente, ao conhecimento do Ministro da Fazenda, responsabilizando-o pelo crime administrativo conscientemente executado.

Deixamos a direção do I.O. em 17 de janeiro de 1963, dada a nossa exoneração, após haver escrito uma carta, em 2 desse mesmo mês, ao Ministro Costa Lima, definindo a nossa opinião, franca e detalhada, sobre aquele Diretor e a situação de anarquia em que se encontrava o da Agricultura.

Em cartas aos jornais, ampliamos, documentadamente, os justos motivos de repulsa as péssimas normas de conduta funcional daquele Diretor que, no III Congresso Brasileiro de Agronomia, realizado de 30-6/6-7.1963 na Universidade Rural do Brasil, foi alvo de uma moção de desprezo apresentada pelo Secretário Geral da Sociedade Brasileira de Agronomia, unânimemente aprovada.

Desejamos destacar, ao encerrarmos este depoimento, sem termos a menor contestação, que o existente até o presente momento, sobre a cultura do dendzeiro, com sementes selecionadas, análise folhear, estudos pedológicos para o dendé, coordenação e controle dessa cultura constituem trabalho do I.O., realizado na nossa administração, com o auxílio da experiência valiosa do Instituto para pesquisas de óleos e oleaginosos da França (IRHO).

A compra de sementes selecionadas de dendé vai ser continuada para a Bahia, como tínhamos acordado com a Comissão de Planejamento Econômico da Bahia, e confiamos que, em futuro próximo, a parte de pesquisas possa existir nos moldes que propuzemos às autoridades superiores.



Medicação preventiva e curativa das pipocas (ou caroços) dos pintos e aves adultas

À venda à

RUA DO MATOSO, 33-RIO

Para o interior enviamos pelo reembolso postal

MAIS MILHO HÍBRIDO PLANTADO

Teresópolis — Teve boa repercussão o trabalho desenvolvido, pelo Extensionista Local da ACAR-RJ, junto aos lavradores para o plantio de Milho Híbrido. Em colaboração com a Associação local, foi feita uma divulgação sobre as vantagens do milho híbrido bem como interessando os lavradores a comprarem as sementes com antecedência; o resultado desta cooperação foi a venda de 1.200 Kgs. de sementes, pela Associação Rural, já que o milho comum tem um rendimento baixo. As principais localidades atingidas foram Vargem Grande, Pião e Serra do Capim.

A LAVOURA

65
ANOS
DE
CIRCULAÇÃO

Notícias

Escola de Capatazes

A Escola de Capatazes do Instituto de Cacau da Bahia reiniciou os seus Cursos Intensivos de Treinamento de cacau para Fazendeiros e Administradores de Fazenda no dia 4-3-1963.

IV Congresso Internacional de Cibernética

Realizar-se-á no período de 21 a 25 de Outubro de 1964 o IV Congresso Internacional de Cibernética.

Sindicato dos Empregadores Rurais do Estado da Guanabara

Foi eleito presidente do Sindicato dos Empregados Rurais do Estado de Guanabara, o Sr. Francisco José de Moraes.

Conselho Internacional de Comércio e Produção

Para o período 1963-1965, foi eleita a seguinte diretoria.

Presidente — Charles Edgard Moritz do CNC.

Vice-Presidente Haroldo Conde Cavalcante do CNI

Edgard Teixeira Leite, da SNA

Diretor Executivo: Paulo Loydoy do CNC.

Instituto Nami Jafet

Foram contemplados com prêmios concedidos pelo Instituto Nami Jafet os decendor:

a) Dr. Luiz Rodolpho Raji Gabaglia Tranos apresentado pela Academia Brasileira de Ciências do Rio de Janeiro.

b) Dr. Bernardo Léo Wajehenberg, apresentado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

c) Dr. João Edmundo Lanetde, apresentado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

d) Dr. José Pellegrino, apresentado pelo Instituto de Biologia, da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais.

Curso sobre Nutrição dos Ruminantes

O British Council (Conselho Britânico), organizou para ser ministrada com Aberdeen, no próximo dia 26 de maio a 7 de Janeiro de 1963 para curso sobre Nutrição dos Ruminantes. Informações sobre o referido Curso serão fornecidas na Avenida Portugal 360, Urca, Rio de Janeiro.

Departamento de Produção Animal

O Departamento de Produção Animal da Secretária de Agricultura de São Paulo acaba de publicar um interessante folheto com o Calendário dos Certames e Concentração promovidos pelo mesmo, durante o ano de 1963.

Professor Moacyr Alves de Souza

De acôrdo com a comunicação da Escola Nacional de Agronomia, na reunião de Congregação realizada no dia 9 de Janeiro foi inserido em ata um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Moacyr Alves de Souza, nosso companheiro da S.N.A.

BREVE NOTA

Ao receber mudas arrancadas "à raiz nua" como quasi sempre são fornecidas as frutíferas, devem as mesmas, imediatamente após recebidas, serem aguadas, ainda que dentro de sua própria embalagem.

É de muita importância nunca expôr as raízes ao vento ou aos raios solares e sim, conservá-las sempre cobertas e úmidas.

Antes de plantar, verifica-se o sistema radicular da muda e, com o auxílio de tesoura bem afiada eliminam-se as raízes e suas pontas, se estiverem com início de podridão, machucadas, quebradas ou deformadas, inclusive o pião.

O plantio é feito de tal modo que a raiz mestre fique perfeitamente fincada em sentido vertical e bem no centro da cova, enquanto as raízes laterais devem ser radicalmente distribuídas, bem cobertas e envoltas com terra que lhes é chegada aos poucos e continuamente apertada com a mão. Ampara-se em seguida com um tutor, ao qual a muda é amarrada, forma-se a bacia; rega-se pesadamente com um jato de água e cobre-se a terra com qualquer material protetor.

IMPORTANTE: Não aplique adubos quimicos na cova se não possuir prática suficiente. Aplicar somente estêrco de curral bem curtido. Molhe bem no momento do plantio e depois somente de 8 em 8 dias, se o tempo permanecer seco. O excesso de água na cova faz com que as raízes se afoguem por falta de oxigênio.

...ISTO
NÃO PRECISAVA
ACONTECER !



Um homem que deixa para trás seu patrimônio, seu trabalho, a razão de sua vida. Expulso pela saúva - o maior flagelo de nossa agricultura. Quantos, como ele, aram a terra, adubam, plantam... e a saúva é quem colhe?! O prejuízo é sempre muitas vezes maior que o preço de um formicida comprovadamente eficiente. Comece, hoje, a proteger de fato sua plantação, reduzindo os custos e aumentando os lucros. Comece, hoje, a usar Formicida Shell!

FORMICIDA SHELL

PRODUTOS QUÍMICOS



PARA A AGRICULTURA



os melhores resultados

É bem fácil obtê-los: consulte o revendedor Massey-Ferguson. Ele tem um serviço de assistência técnica com mecânicos entendidos (treinados na própria fábrica) e peças genuínas novinhas em folha. Peças que são garantidas por uma embalagem própria inviolável. Você logo reconhece que é Massey-Ferguson legítima - aprovada pela fábrica. Mas, o mais importante é que somente as peças genuínas deixam a sua máquina igualzinha como você a comprou: em forma e pronta para trabalhar duro!

se um dia a sua máquina necessitar de cuidados técnicos procure o revendedor de sua cidade.



Massey-Ferguson do Brasil S.A.